

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Rafael de Faria Pereira Thedim Silvado

Neoextrativismo: primeiras aproximações

Graduação em Ciências Sociais

São Paulo

2023

Rafael de Faria Pereira Thedim Silvado

Neoextrativismo: primeiras aproximações

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de GRADUANDO em **Ciências Sociais**, sob a orientação da profa. dra. **Mônica de Carvalho**.

São Paulo

2023

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Silvado, Rafael Thedim

Neoextrativismo: primeiras aproximações. / Rafael
Thedim Silvado. -- São Paulo: [s.n.], 2023.
86p. il. ; 31 cm.

Orientador: Mônica Pinto Muniz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em
Ciências Sociais, 2023.

1. Neoextrativismo. 2. Capitalismo dependente. 3.
Bem Viver. 4. Extrativismo. I. Muniz, Mônica Pinto.
II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

Eliane Hojiaj

Marijane Vieira Lisboa

Mônica de Carvalho

Aos ativistas e pesquisadores aqui citados, pelo empenho notório dedicado à apreensão e superação da atual lógica de exploração e destruição da Natureza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, você me mostrou o prazer da leitura e fez de mim um curioso que sempre busca por livros para matar a curiosidade. Se não fosse por isso, toda a graduação e este trabalho jamais teriam acontecido. Obrigado pelo amor, carinho, pela segurança e por sempre me levantar depois de uma queda, não só este ano mas em todos os outros.

À minha orientadora Mônica, agradeço não apenas por trabalhar comigo neste TCC, mas por ter sido uma pesquisadora e educadora preocupada, rígida, honesta, brilhante e inspiradora ao longo de toda minha graduação, foi um prazer ser seu aluno nas duas ocasiões que passei por suas disciplinas. Espero um dia ser um sociólogo de excelência como você.

Também preciso agradecer às minhas colegas e grandes amigas Lara e Fernanda. Vocês sempre me desafiaram e ajudaram a ser um cientista social melhor. Para além dos momentos pessoais, quero agradecer pelas discussões sobre o que estudávamos e o que acontecia no país e no mundo, por tudo que me ensinaram quando fizemos trabalhos juntos e por participarem desta pesquisa dando opiniões sempre valiosas.

À professora Eliane, um obrigado pela paciência, o humor, o companheirismo e por me guiar em um momento de amadurecimento intelectual. Obrigado por sempre me lembrar da minha capacidade nos dias em que eu duvidava de mim.

Por fim, agradeço à minha companheira Catarina. Eu não teria conseguido acabar este TCC sem você ao meu lado nos piores e melhores momentos. Você foi a primeira pessoa a ouvir todas as minhas ideias, frustrações e desabafos. Nossas conversas sobre a pesquisa são uma grande parte do trabalho final.

RESUMO

SILVADO, Rafael de Faria Pereira Thedim. **Neoextrativismo**: primeiras aproximações.

Este trabalho tem como objetivo servir como introdução ao estudo do conceito de neoextrativismo, cunhado pelo intelectual uruguaio Eduardo Gudynas. Para tanto, foram feitos levantamento e revisão da bibliografia disponível acerca do tema. O primeiro capítulo apresenta uma visão geral do arcabouço teórico-conceitual desenvolvido pelos intelectuais estudados, o segundo traz análises de estudos de caso, abordando os efeitos concretos de empreendimentos extrativistas sobre a realidade brasileira, o último capítulo debate alternativas à atual lógica capitalista de expansão infinita e devastação ambiental.

Palavras-chave: neoextrativismo; extrativismo; capitalismo dependente; Sumak kawsay

ABSTRACT

SILVADO, Rafael de Faria Pereira Thedim. **Neoextrativismo**: primeiras aproximações.

This paper's objective is to introduce the concept of neo-extractivism, coined by the Uruguayan intellectual Eduardo Gudynas. To do so, a review of the currently available literature was carried out. The first chapter presents an overview of the theoretical and conceptual framework developed by the researchers cited in the study, the second chapter offers an analysis on different case-studies, all centered around the concrete effects of extractive enterprises, the last chapter discusses alternatives to today's capitalist logic of infinite growth and environmental destruction.

Keywords: neo-extractivism; dependent capitalism; Sumak kawsay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Empilhadeira da mina S11D em Canaã dos Carajás.....	50
Figura 2 - Fronteira da mina com a floresta	5Error! Bookmark not defined.
Figura 3 - Imagens de satélite da Barragem do Fundão e o município de Bento Rodrigues antes e depois do rompimento	52
Figura 4 - Imagem aérea de Bento Rodrigues após o desastre.....	52
Figura 5 - Usina de pelotização em Anchieta, ES	53
Figura 6 - Imagem aérea mostra a usina, o terminal portuário e a cidade de Anchieta.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor Adicional Bruto (VAB) por setor de atividade econômica. Canaã dos Carajás (2002-2015).....	42
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento de estudos de caso	55
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto de Serviço de Qualquer Natureza
ITT	Ishpingo, Tambococha e Tiputini
SEFAZ-ES	Secretaria da Fazenda do Espírito Santo
VAB	Valor Adicional Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO I: EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO	Error! Bookmark not defined.
2.1	A centralidade do extrativismo na consolidação da Modernidade	Error! Bookmark not defined.
2.2	Economias extrativistas, capitalismo dependente e industrialização	23
2.3	Neoliberalismo, progressismo e o <i>novo</i> extrativismo	26
2.3.1	A onda progressista sul-americana	29
2.3.2	O consenso das commodities/de Beijing	30
2.3.3	O (<i>neo</i>)extrativismo	32
2.3.4	O Estado compensador	35
2.3.5	O neoextrativismo após o fim da onda progressista	36
3	CAPÍTULO II: OS EFEITOS DO NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL.....	38
3.1	Como avaliar os efeitos do neoextrativismo?	38
3.2	Os casos Vale/Samarco.....	40
3.2.1	Canaã dos Carajás.....	40
3.2.2	O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.....	44
3.2.3	Anchieta e as consequências da dependência extrativista	47
3.2.4	Ilustrando a violência e a devastação.....	50
3.3	Exposição do levantamento de estudos de caso	54
4	CAPÍTULO III: É URGENTE CONSTRUIR ALTERNATIVAS	58
4.1	É preciso questionar o desenvolvimento	58
4.2	O Bem-viver	60
4.2.1	O todo, ou <i>Pacha</i>	62
4.2.2	Multipolaridade, equilíbrio e complementaridade.....	63
4.2.3	Descolonização e luta anticolonial	64
4.2.4	O Bem Viver e práticas econômicas alternativas	65
4.3	Os Direitos da Natureza ou da Mãe Terra	67
4.3.1	Direitos da Natureza ou da <i>Pacha Mama</i> no Equador	69
4.4	Não há uma saída única	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a popularidade e relevância de movimentos sociais, organizações governamentais, político-partidárias e instituições de viés ambientalista ou ecológico cresceram exponencialmente. A ideia de uma ameaça ao futuro das sociedades humanas se difundiu e se tornou aceita em círculos acadêmicos, empresariais e no âmbito das relações internacionais. Apesar disso, o futuro sobre o qual os ambientalistas de todas as vertentes alertaram se concretizou. O final da década de 2010 e o início da década de 2020 foram marcados por incêndios históricos em diversas regiões do planeta: na Califórnia, EUA, em 2018¹; nas ilhas de Sumatra e Bornéu, na Indonésia em 2019; nas florestas tropicais da Austrália, no fim de 2019² e início de 2020³; nas florestas da Grécia em 2023⁴ etc. Países frios têm registrado níveis recorde de degelo ano após ano e, apesar da dificuldade de se quantificar o ritmo em que espécies animais e vegetais têm sido extintas, já é possível afirmar que o planeta passa por uma sexta grande extinção.

Para além do eminente colapso ambiental, crescem no mundo as crises de cunho político, econômico e social. A concentração de renda e riqueza é maior do que nunca, o fascismo e a extrema direita crescem na Europa, na Ásia, na América do Norte e na América do Sul e os conflitos por terra, água, gás ou petróleo se agravam ano após ano. Não se trata de fenômenos distintos, pois não é possível separar as mudanças climáticas da realidade social, das formas de organização política e do capitalismo, modo de produção globalmente hegemônico.

O Brasil, assim como toda a América Latina, devido à suas características ecológicas e geomorfológicas, se encontra no centro desta crise sistêmica: os biomas brasileiros figuram entre os mais biodiversos do planeta e são peças fundamentais para a manutenção do equilíbrio natural em todo o mundo. Estes biomas, de valor incalculável para a humanidade e toda a vida na Terra, estão sob severa ameaça e os efeitos de sua destruição já atingem todos os brasileiros. Assim como no resto do mundo, o final do último decênio e o início do atual foram marcados

¹ Segundo a matéria do G1 “Sobe o número de mortos por incêndios na Califórnia”, os incêndios batizados de *Camp Fire* e *Woosley Fire* foram os mais letais da história da Califórnia, deixando dezenas de mortos e afetando uma área de aproximadamente 100mil hectares.

² A matéria da Uol “Incêndios devastam floresta tropical na Indonésia” aponta queimadas para a agricultura como a principal causa dos incêndios que atingiram as florestas de Sumatra e Bornéu.

³ Segundo matéria do G1, aproximadamente 3 bilhões de animais foram mortos ou desalojados como consequência de um dos maiores incêndios da história do continente.

⁴ Os incêndios gregos de 2023, os maiores já registrados em toda a União Europeia, atingiram uma área de mais de 80mil hectares, segundo a matéria “Incêndios na Grécia são os maiores já registrados na União Europeia”, da Uol.

por eventos climáticos sem precedentes no país. Secas históricas nos rios Negro, Solimões e Amazonas⁵; enchentes e deslizamentos letais se tornaram mais comuns nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país⁶; incêndios florestais de escala inédita atingiram o pantanal, o cerrado, a mata atlântica e a floresta amazônica⁷; a mais severa onda de calor da história do país atingiu a população no fim no 2023⁸.

O ano de 2018 foi marcado, no Brasil, pela eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país. O ex-deputado federal – abertamente e conhecidamente misógino, homofóbico e racista – se aliou à Paulo Guedes, banqueiro neoliberal e *Chicago boy*, defensor ávido da doutrina econômica associada à Milton Friedman. A ascensão da extrema-direita brasileira também significou retrocessos consideráveis no que diz respeito a leis e práticas de conservação ambiental, com ambientalistas de variados movimentos e perspectivas, assumindo, por diversas vezes, papéis centrais em movimentos de oposição ao governo.

Mais do que nunca, está evidente a necessidade de abordar de maneira holística e multidisciplinar o desafio de frear, ou ao menos mitigar, o colapso ambiental que ameaça a vida na Terra. Neste sentido, pesquisadores e ativistas do mundo todo vêm produzindo interpretações que bebem das contribuições das ciências naturais e sociais. Na América do Sul, em específico, pesquisadores vêm estudando os efeitos do extrativismo sobre o continente, não separando os efeitos ambientais e sociais que atividades como o cultivo da soja, a mineração ou a exploração petrolífera podem exercer sobre uma região ou um país. Estes autores propõe uma lente teórica, uma chave de leitura, para a realidade latino-americana: interpretar o continente a partir de sua posição primário-exportadora no capitalismo global. Afinal, a consolidação da América Latina como lugar privilegiado para a extração mineral e a monocultura em larga escala foi fundamental para a consolidação do próprio modo de produção capitalista, como será discutido posteriormente.

⁵ A matéria do Ecoa Uol “Caminho sem volta: seca é alerta para destruição irreversível da Amazônia” debate a possibilidade de já ter sido atingido um ponto em que os danos sofridos pela maior floresta tropical do mundo são irreversíveis.

⁶ Os deslizamentos no litoral paulistano, em especial no município de São Sebastião, e as inundações em Recife e Jaboatão, PE, são exemplos de que os efeitos da crise climática se distribuem de forma desigual. As populações obrigadas – pela especulação imobiliária – a habitar regiões de declives e carentes em infraestrutura são atingidas duramente, podendo perder até suas vidas.

⁷ O Pantanal passou por incêndios históricos em 2020 e 2023; o número de focos de incêndio no Cerrado vem crescendo desde o fim da última década; diversos focos de incêndio vem forçando comunidades indígenas a se deslocar em áreas de Mata Atlântica, principalmente na Bahia e em São Paulo; a Amazônia passou por um período de incêndios históricos no ano de 2019 contabilizando mais de 80mil focos de incêndio no ano.

⁸ Segundo a matéria da Uol “‘Nova onda muito forte’: veja se seu estado vai ferver no calorão incomum”, 12 estados brasileiros apresentaram temperaturas entre 3°C e 5°C acima do normal para o mês de novembro. Esta onda de calor histórica atinge o país no momento da finalização deste trabalho, com o prognóstico dos climatologistas sendo de mais calor para o mês de dezembro.

Este trabalho tem como objetivo introduzir o leitor ao conceito de neoextrativismo, cunhado pelo pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas em 2009⁹ para se referir à forma que a extração de “recursos naturais” assume no continente sul-americano hoje, assim como ao arcabouço teórico e as práticas desenvolvidas por mulheres e homens comprometidos em interpretar e superar o modo como as sociedades latino-americanas atualmente se reproduzem e se relacionam com seu meio ambiente. Para tanto, foram feitos levantamento, seleção e revisão da bibliografia até então disponível. O trabalho, dividido em três capítulos, aborda primeiramente textos teóricos, dedicados a trabalhar os conceitos desenvolvidos a partir desta recente abordagem; em seguida são analisados três estudos de caso – selecionados a partir da leitura de seus resumos entre 20 estudos de caso levantados – relacionados à extração de minério de ferro no Brasil; por fim, serão discutidas algumas propostas de alternativa ao capitalismo e ao extrativismo, com atenção especial sendo dedicada ao Bem Viver e aos direitos da Natureza.

O trabalho teve como ponto de partida uma coleção de livros da Editora Elefante, de cuja leitura surgiram questionamentos que levaram a uma revisão bibliográfica mais cuidadosa e à decisão de dar destaque para artigos de acadêmicos brasileiros. Os artigos foram selecionados buscando pelo termo “neoextrativismo” nos títulos, resumos ou palavras-chave, na base de artigos da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e, a partir de sua leitura, foram incluídos na revisão textos comumente citados, ainda não publicados em língua portuguesa. A seleção de textos que comporiam a revisão do primeiro capítulo foi feita, em primeiro momento, através segunda leitura de textos já conhecidos pelo autor e a leitura dos resumos de artigos encontrados na base de artigos da CAFe, nesta etapa foram selecionados *A busca por transições ao pós-extrativismo na América Latina: discussões sobre a condição primário-exportadora e o neoextrativismo* de Bianconi e Dellasta, publicado em 2022; *Neoextrativismo liberal-conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer*, de Gonçalves, Milanez e Wanderlei, publicado em 2018. Foram incluídos os seguintes artigos e livros previamente conhecidos pelo autor: *Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição*, de Acosta, *O debate sobre o ‘extrativismo’ em tempos de ressaca: A Natureza americana e a ordem colonial* de Aráoz e *Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?*, de Svampa, todos publicados no livro *Descolonizar o imaginário*, de 2016; *Mineração, genealogia do desastre* de Aráoz, publicado em 2020 e *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina* de Svampa, publicado em 2019. Após a leitura

⁹ O artigo *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo* será discutido no primeiro capítulo e contém o primeiro uso do termo, com grafia *neo-extractivismo*.

destes artigos, foram selecionados textos comumente citados: *La maldición de la abundancia: un riesgo para la democracia*, de Acosta, publicado em 2009; *Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales e re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América*, de Aráoz, publicado em 2015; *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual* e *Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progresismo sudamericano*, de Gudynas, publicados em 2009 e 2012, respectivamente. Os artigos selecionados para o primeiro capítulo tratam do tema do neoextrativismo de maneira mais geral, trabalhando em nível mais elevado de abstração. O objetivo do capítulo é introduzir e debater brevemente os conceitos chave e as bases teóricas do tema abordado. O neoextrativismo é um conceito central para a lente de interpretação da realidade latino-americana proposta por seus autores. É indispensável, portanto, tratar de suas origens teóricas e históricas.

Para além de buscar servir como introdução, ou primeira aproximação deste jovem campo teórico, este texto busca sustentar outros argumentos: é urgente que as ciências sociais se apropriem das contribuições das ciências da natureza e vice-versa, a transição climática necessária exige que transformações sociais, econômicas, políticas, técnicas e tecnológicas ocorram em complementariedade; é impossível que a civilização humana sobreviva ao futuro imediato sem a superação do capitalismo, qualquer modo de produção que dependa de crescimento constante e irrefreado é incompatível com um planeta com área produtiva e capacidade de renovação dos ciclos naturais limitadas. Este trabalho também busca provocar reflexões acerca da vigente percepção da Natureza como um ente separado e sob o domínio da humanidade. Os autores aqui debatidos incorporam em suas obras o compromisso de aprender com os conhecimentos dos povos originários latino-americanos, cujas cosmovisões propõem uma relação de unidade e equilíbrio com a Terra.

Importante ressaltar que a posição do autor é de que ainda há tempo e a possibilidade real de as comunidades humanas efetuarem uma transição rumo formas a social e ambientalmente sustentáveis. É verdade que parte dos danos causados ao clima e à biosfera terrestre já são irreversíveis, mas, é verdade, também, que através de cooperação internacional e reconstrução das distintas economias e regimes políticos é possível preparar a humanidade para as mudanças que hoje já são inevitáveis. Não há, entretanto, tempo a perder. Além de propor uma determinada forma de interpretar o sistema-mundo capitalista e o seu papel na América Latina, o estudo do neoextrativismo propõe ação política radical e verdadeiramente transformadora.

Por fim, um esclarecimento se faz necessário antes que se inicie a leitura do trabalho propriamente dito: ao que se refere o *extrativismo* na palavra *neoextrativismo*? Afinal, o termo extrativismo é usado de maneira polissêmica e, no interesse de definir um objeto de pesquisa, é importante que se tenha clareza em relação a pergunta acima. Eduardo Gudynas traz reflexões importantes sobre a questão:

Para esclarecer os distintos tipos de apropriações de recursos naturais, [...], se consideram duas dimensões: o destino dos recursos e a intensidade ou volume de extração. Quanto ao destino, os recursos naturais podem ser processados e consumidos a nível local (por exemplo, a agricultura de alimentos que são consumidos localmente), dentro do país (como podem ser os minerais utilizados para a indústria nacional), ou exportados (como ocorre no caso dos hidrocarbonetos). Quanto ao volume, se utilizam indicadores de apropriação física dos recursos (medidos, por exemplo, em toneladas). Esta avaliação não considera somente o recurso final, mas também sua “mochila ecológica” (um indicador da intensidade no uso de matérias primas por unidade de serviço). Por exemplo, por cada tonelada de cobre que se exporta, fica no país uma média de 348 toneladas de rochas, solo e outros materiais. O volume extraído considera o total de todos os recursos removidos. A intensidade se refere aos efeitos ambientais da extração, tais como a toxicidade, geração de contaminantes, uso de explosivos etc. Por exemplo, a extração de ouro, mesmo que seja de gramas, é de alta intensidade pois usa contaminantes muito perigosos como o mercúrio. (GUDYNAS, 2016, p. 25).

Os autores aqui debatidos buscaram desenvolver um arcabouço teórico com o qual fosse possível apreender os efeitos da extração de alto volume/intensidade, destinada à exportação. Os estudos de caso selecionados para esta revisão bibliográfica tratam de atividades com alto volume extraído, intensidade alta de danos ambientais e com destino à exportação, com nenhum ou pouco processamento industrial prévio.

2. CAPÍTULO I: EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO

O *desenvolvimento* avança a ritmo avassalador. Vai despertando *febres* e violências; ilusões, fantasias e fantasmas; encantamentos e resistências; mentiras objetivas e olhares apaixonados; corações cativados por mercadorias e almas sofrentes pela terra-vida dilacerada. Abre caminhos como *destino manifesto*, com seus estranhos rituais e liturgias de investimentos, conversões e profanações. (Horacio Machado Aráoz, 2016, p. 57).

2.1 A centralidade do extrativismo na consolidação da Modernidade

Desde o advento da colonização europeia, a América Latina tem os rumos de sua vida política e econômica atrelados às necessidades materiais de civilizações conquistadoras. Da abundante prata de Potosí e o ouro de aluvião em Minas Gerais às plantações de açúcar em Recife e no Caribe, a Europa contou com a riqueza natural latino-americana para satisfazer as necessidades materiais de sua acelerada expansão econômica. E assim, através de processos marcados pela brutalidade da exploração colonial, se constituíram as sociedades da nossa América: condenadas pela sua própria riqueza a uma existência empobrecida e sempre voltada ao exterior. A colonização teve um “fim” oficial e a América-Latina conquistou, formalmente, sua independência. Junto dela, entretanto, foram impostas a subordinação e a dependência político-econômica, e a rapina não cessou:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. (MARINI, 2022, p. 170).

As formações-sociais latino-americanas, então, possuem como traço estrutural comum a dependência econômica na atividade primário-exportadora. Tal atividade possui como

objetivo a transferência de valor para os países imperialistas e o enriquecimento das burguesias latino-americanas (sócias menores e subordinadas aos seus associados estrangeiros). O extrativismo latino-americano, portanto, é fato estruturante do capitalismo enquanto modo de produção global, uma vez que suas riquezas minerais (a prata e o ouro) contribuíram decisivamente para o estabelecimento de um sistema de pagamentos na Europa e sua agricultura garantiu o sucesso da primeira revolução industrial. Houve, em especial na primeira metade do século XX, tentativas de desprender-se de tal dinâmica de dependência por parte das lideranças políticas de diversos países latino-americanos. Tais tentativas – devido a fatores econômicos internos e externos que estão além do escopo deste texto – resultaram em um significativo endividamento externo e uma série de mazelas econômicas. Durante a década de 1980 – comumente conhecida como a década perdida – as nações latino-americanas se viram atravessadas por hiperinflação e uma persistente estagnação econômica causadas, em parte, pelo fracasso da política industrial do período anterior. Frente à tal transtorno as burguesias da América Latina atuaram com pressa:

Em um breve período, os países da América Latina foram objeto de privatizações massivas, encolhimento geral do setor público, liberalização e desregulação da economia, incentivos a investimentos e a políticas de abertura aos fluxos comerciais e financeiros: medidas que apontaram ao objetivo quase excludente de reverter a queda do PIB e iniciar um ciclo de taxas positivas de lucro. (ARÁOZ, 2020, p. 54).

Séculos após a chegada dos primeiros conquistadores, a América Latina é palco de um novo ciclo de extração, agora perpetrado no seio de Estados nacionais e defendido por lideranças políticas de todo o tipo de inclinação ideológica como o único caminho do combate à fome e à miséria, do progresso, do *desenvolvimento*. As veias da América Latina, que nunca cicatrizaram e se fecharam por completo, hoje se encontram dilaceradas como nunca por um novo ciclo de acumulação extrativista, marcado por rupturas e continuidades construídas ao longo de cinco séculos de dominação externa. Este novo modelo de desenvolvimento econômico baseado na exportação de Natureza pouco ou não processada, tema do presente trabalho, é conhecido hoje como *neoextrativismo*.

A dinâmica de expropriação material dos países latino-americanos por parte dos países do centro do capitalismo é peça fundamental da crise ecológica que hoje se desenrola. Frente à crescente probabilidade de um colapso ambiental de escala global, torna-se cada vez mais necessário repensar a forma como as sociedades humanas se relacionam com sua mãe-terra. Este capítulo tem como objetivo servir como primeira aproximação ou introdução ao complexo

debate acerca do extrativismo e do neoextrativismo, “[...]categoria analítica nascida na América Latina e que possui grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador” (SVAMPA, 2019, p. 24).

O neoextrativismo, enquanto categoria analítica, não pode ser compreendido apartado de sua historicidade ou sem levar em consideração seu papel em uma dinâmica global de reprodução do capital. O sistema-mundo contemporâneo – mesmo que não se apresente como tal – é herdeiro do colonialismo; a forma e o conteúdo da atividade extrativista de hoje são resultado de mais de cinco séculos de história, com rupturas e continuidades nas relações econômicas e políticas das nações latino-americanas com as nações do norte global. Assim, se prova fundamental traçar (ainda que brevemente) algumas considerações acerca da atividade extrativista ao longo da história latino-americana.¹⁰ Neste sentido, é admirável o esforço do pesquisador argentino Horacio Machado Aráoz em traçar as origens históricas do extrativismo, em especial o de tipo mineral, na América Latina. Já inserida no atual debate acerca do neoextrativismo, a produção de Aráoz aqui citada debate as relações históricas entre extrativismo, colonialismo e capitalismo na formação material e subjetiva da economia capitalista mundial.

A colonização do território hoje conhecido como América Latina se inicia no ano de 1492, com a chegada de conquistadores espanhóis nas atuais Bahamas, seguidos por conquistadores portugueses, que poucos anos depois, em 1500, desembarcaram na região onde hoje se encontra Porto Seguro. A América, desde sua invenção, sempre fora (e ainda é) retratada como lugar da mais pura e abundante Natureza e sua população originária como grupos selvagens, *pré-históricos*, *pré-rationais* (ARÁOZ, 2015, p. 12). Na América portuguesa, o empreendimento que se provou mais lucrativo, a princípio, fora o plantio de cana de açúcar na região nordeste. Por outro lado, os espanhóis se voltaram, neste primeiro momento, à mineração de ouro e prata. Assim se constituiu a imagem de nossa América aos olhos dos europeus: um espaço habitado por selvagens ignorantes e que guardava riquezas inacabáveis, incitadoras de uma exploração também inacabável (Idem, 2020, p. 92). Desde o princípio, então, a ocupação e a colonização do território latino-americano por parte dos conquistadores tiveram como principal motivação a extração e exportação de Natureza para as metrópoles europeias. É patente que a colonização das américas é episódio fundamental para o estabelecimento de um

¹⁰ Não é o objetivo deste capítulo descrever extensivamente o processo histórico de colonização das Américas, mas sim debater a relação entre extrativismo e colonialismo e sua centralidade para a consolidação da economia-mundo capitalista e das formações sociais dependentes.

mercado verdadeiramente global e, como assinalado anteriormente, para a consolidação do capitalismo industrial.

No cerne do extrativismo e do neoextrativismo – enquanto problemáticas econômicas, políticas e sociais – está, portanto, a relação inexorável entre colonialismo e capitalismo (Idem, 2016, p. 450). A modernidade capitalista é, por excelência, uma modernidade *colonial*, nascida do ímpeto por acumulação de riquezas advindo das metrópoles europeias. Marx (2023), no Livro I d’*O Capital*, afirma:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (Marx, 2023, p. 998).

No trecho acima, Marx deixa explícito que a extração mineral, a escravização e a pilhagem colonial foram decisivas, *fundamentais*, para a constituição do modo de produção capitalista. A economia capitalista global surgiu com a colonização e estruturou-se a partir de uma relação de exploração, fundamentalmente extrativista, entre as nações europeias e os povos latino-americanos. A persistente condição primário exportadora à que as nações de nossa América parecem fadadas não é, portanto, mero epifenômeno do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, é traço estruturante e fundamental de toda a realidade social do continente.

Para além disso, é o subdesenvolvimento e a superexploração no território latino-americano que permite que se concretizem os avanços civilizatórios na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos da América. O ordenamento territorial e econômico nascido do Tratado de Tordesilhas, em 1494, divide o mundo e estabelece, de um lado, o espaço dos sujeitos e proprietários e, atravessando o oceano Atlântico, o espaço dos objetos possuídos. O extrativismo é a prática econômica e política que une estes espaços distintos, o mediador das relações entre um e outro e o padrão das relações entre Norte e Sul globais (ARÁOZ, 2015, p. 15). O caráter estrutural do extrativismo latino-americano concede à violência colonial e a acumulação primitiva de capital a capacidade de renovarem-se através do tempo. Acerca da acumulação primitiva, o autor, em diálogo com Rosa Luxemburgo e David Harvey, diz que

[...] os fatos desencadeantes da acumulação originária não revestem apenas o valor de acontecimentos do passado que marcam as origens do capitalismo, mas sim se trata de um *modus operandi* que revela a lógica intrínseca, constitutiva e constituinte do capitalismo. Longe de ser uma etapa no desenvolvimento do capitalismo que se restringe a suas origens, essas formas de espoliação e de saque constituem um aspecto

inerente e contínuo do capitalismo ao longo de suas diversas fases históricas. (Idem, 2016, p. 453).

Conclui-se, portanto, que é intrínseca à esta economia-mundo nascida do colonialismo a relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. No Sul global, ou nas periferias do capitalismo, o subdesenvolvimento é capaz de reinventar-se e de modernizar-se, garantindo a continuidade da superexploração e da expropriação de valor (Fernandes, 2009; Marini, 2022). No Norte, ou nos centros de acumulação de capital, o desenvolvimento é possível, não *apesar* do subdesenvolvimento periférico, mas *através* dele.

Tal dinâmica produz, também, classes dominantes que se beneficiam diretamente da inserção subordinada das economias latino-americanas ao mercado global, uma vez que ela lhes permite concentrar riquezas, poder político e privilégios sociais. De tal forma, estabeleceram-se os regimes oligárquicos nas periferias, consolidando uma forma de dominação que conta com polos interno e externo de poder de decisão. Como assinala Florestan Fernandes,

Portanto, o advento do *capitalismo maduro*, na América Latina, envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o “antigo regime”. A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação que seriam impraticáveis de outra maneira. (Fernandes, 2009, p.58).

O extrativismo, além de produzir, a nível global, uma relação de subordinação entre América Latina e Europa (e posteriormente Estados Unidos), é fator determinante no ordenamento econômico, político, social e territorial interno das nações latino-americanas, mesmo após suas respectivas independências. (Aráoz, 2015, p. 18).

2.2 Economias extrativistas, capitalismo dependente e industrialização

Ainda segundo o diagnóstico de Aráoz (Idem, p. 21), o conceito de extrativismo alude, simultaneamente, à forma como o capitalismo estabeleceu-se enquanto economia-mundo e, de maneira mais específica, a posição particular ocupada pela América-Latina nessa economia-mundo. Tal posição significa, concretamente, que as formações sociais extrativistas se baseiam em uma exploração intensiva e extensiva da Natureza, voltada para a exportação de matérias primas. Os setores primários-exportadores, tidos como o “motor do crescimento econômico” encontram-se sob controle (técnico, comercial e financeiro) de entidades estrangeiras e sujeitos a flutuações do mercado internacional. Consequentemente, a saúde econômica local, o consumo, a poupança e os níveis de emprego, tornam-se estruturalmente vulneráveis do

mercado mundial. Nestas formações sociais – em que a exploração da Natureza é fator organizacional chave das estruturas econômicas, sociais e de poder – duas características podem ser destacadas: a superexploração e a orientação exógena da economia. Segundo Florestan Fernandes, este padrão de acumulação de capital

[...] promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. [...] Isso não quer dizer que o capitalismo dependente “falhou”. Ele está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobreapropriação repartida do excedente econômico. (Fernandes, 2009, p.62).

Estes regimes extrativistas, concebidos como fornecedores de matérias-primas para outras economias, são incapazes de consolidarem-se enquanto economias inteiramente autônomas, surgindo em seus territórios verdadeiros *enclaves* econômicos. Os enclaves econômicos – primeiramente percebidos e descritos por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto na década de 1960 – são extensões das economias centrais dentro dos territórios nacionais de economias dependentes. Esses núcleos de atividade extrativista controlados diretamente do estrangeiro constituem espaços de esvaziamento da soberania territorial de um Estado. A noção de enclave é fundamental para desvelar as características fundamentais da *ecologia política*¹¹ do extrativismo (Aráoz, 2015, pp. 22-23).

Para apreender as implicações geo-econômicas, geo-ecológicas e geopolíticas das formações sociais dependentes e das economias de enclave, Machado Aráoz faz referência a outros dois conceitos chave: *alienação territorial* (oriundo da geografia crítica de Milton Santos) e *mais-valia ecológica*. Segundo o autor (*Ibid.*, p. 27): “Em termos geopolíticos, a noção de alienação territorial alude à erosão da capacidade de controle e disposição que a sociedade política organizada exerce sobre seu território [...] O Estado passa a ser um dispositivo jurídico-político que funciona como apêndice dependente e facilitador dos requisitos do capital hegemônico.”¹² Já o conceito de mais-valia ecológica faz menção

¹¹ A noção de ecologia política faz menção ao fato de a atual crise ecológica ter profundas bases políticas e busca botar em xeque as práticas ecológicas apolíticas praticadas hegemonicamente. A discussão acerca do conceito de ecologia política foge do escopo deste trabalho. Para uma primeira aproximação deste novo campo do conhecimento o autor recomenda o livro *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política* do autor brasileiro Marcelo Lopes de Souza.

¹² Tradução própria. No original: “En términos geopolíticos, la noción de alienación territorial alude a la erosión de la capacidad de control y disposición que la sociedad política organizada ejerce sobre su territorio. [...] El Estado pasa a ser un dispositivo jurídico-político que funciona como apéndice dependiente y facilitador de los requerimientos del capital hegemónico.”

Concretamente, ao duplo impacto de, por um lado, *destruição, degradação e perda de capacidade produtiva* dos ecossistemas locais sobre intervenção de práticas extrativistas, e, por outro lado da *transferência líquida de ativos ecológicos* que se dá destes territórios-ecossistemas-populações às sociedades onde efetiva e finalmente esses bens são processados e consumidos. O impacto da degradação ecossistêmica faz parte dos “custos” ou “externalidades” ambientais – como gosta de dizer a ciência econômica convencional – provocadas pelo mesmo processo de exploração exógena e, portanto, integra a taxa total de transferência ecológica de umas sociedades à outras. (*Ibid.* p. 28).

Ao articular os três conceitos, Aráoz explicita a relação dialética estabelecida entre as formações sociais centrais e as periféricas (geografia do consumo e da exploração, respectivamente). Em tal relação, a geografia da exploração é simultaneamente “o reverso e meio de subsídio da outra.” (*Ibid.* p. 29).

Desde a primeira metade do século XX, o pensamento histórico-estrutural desenvolvido por intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – como Celso Furtado (1920-2004) e Raúl Prebisch (1901-1986) – criticava a inserção subordinada à divisão internacional do trabalho e a especialização primário-exportadora da América Latina, e defendia a necessidade de considerar as particularidades estruturais das economias latino-americanas para a elaboração de políticas econômicas voltadas à industrialização e ao desenvolvimento econômico, técnico e social da região. (Dellata, Bianconi, 2022, p. 284). Finalmente gozando, formalmente, de soberania política, as nações latino-americanas lançaram mão de planos que visavam superar sua condição dependente e primário-exportadora através de políticas de substituição de importações voltadas para a industrialização. Os países latino-americanos, e em especial o Brasil, conseguiram atingir um nível relevante de industrialização sob o governo de líderes desenvolvimentistas que se apoiavam na produção intelectual Cepalina para orientação.

A industrialização, entretanto, não significou a superação do subdesenvolvimento e terminou por desencadear violentos processos inflacionários e crises advindas do endividamento externo por todo o continente. Por mais que a análise dos erros e acertos cometidos durante o período de substituição de importações não seja objeto deste trabalho, é possível afirmar com segurança que há, no pensamento Cepalino, um erro de diagnóstico que precede quaisquer erros práticos: o desenvolvimentismo Cepalino limita suas críticas à forma como as economias latino-americanas se inseriam na economia capitalista global, não percebendo que a função primário-exportadora por elas cumprida é traço estrutural desta economia-mundo. Afinal,

[...] em um planeta finito, onde independentemente dos graus de sofisticação tecnológica, a sobrevivência humana depende inexoravelmente em última instância dos bens e serviços que lhe provê a natureza, se constata que a chamada “industrialização” não pode ser um caminho “universal”, pois *uns se industrializam necessariamente às custas de outros*. [...] A hiper-industrialização/tecnificação/artificialização da vida (padrões de consumo) de umas economias/sociedades demanda e requer a hiper-re-primarização de outras: a contínua expansão, intensificação e aprofundamento das taxas e volumes de extração de bens naturais primários e energéticos (Aráoz, 2015, pp. 30-31).

Sendo indissociáveis o capitalismo, o extrativismo na América Latina e os desenvolvimentos desiguais do centro e da periferia da economia-mundo, é pouco produtivo criticar as economias extrativistas sem questionar a própria lógica do capital.

Tendo tratado das origens históricas do extrativismo e das suas complexas relações com o estabelecimento de uma economia capitalista global, é possível chegar a uma definição sintética e compreensível do que se entende por extrativismo neste texto. Alberto Acosta contribui brilhantemente neste sentido, afirmando que o extrativismo se refere a

[...] atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação. Há também extrativismo agrário, florestal e inclusive pesqueiro. [...] Na prática, o extrativismo tem sido um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial. Esse extrativismo, que assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração das matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do Norte global. E isso foi feito sem levar em conta a sustentabilidade dos projetos extrativistas ou o esgotamento dos recursos. (Acosta, 2016, p. 50).

2.3 Neoliberalismo, progressismo e o *novo* extrativismo

A decadência econômica e social da década de 1980 – comumente conhecida como a “década perdida” – abriu espaço para uma verdadeira ofensiva do capital. Após o trágico fim das experiências desenvolvimentistas e um período marcado por ditaduras burocrático-autoritárias, inaugurou-se, então, um período de reformas neoliberais na América Latina. Estas reformas são chave para a posterior consolidação do modelo de desenvolvimento neoextrativista. Assim, prova-se necessário debater os avanços do capital sobre a Natureza e a vida ocorridos a partir do fim da década de 1980 e, principalmente, na década de 1990.

Acatando às recomendações do Consenso de Washington, os países da América Latina implementaram medidas que visavam reverter rapidamente a estagnação econômica e retomar o crescimento dos PIBs: privatizações, liberalização e desregulamentação econômica e financeira, encolhimento do setor público, incentivos a investimentos estrangeiros e abertura de fluxos comerciais e – certamente merecedoras de atenção especial – reformas substanciais

nos setores mineral-exportadores de toda a região (foi durante este período, no ano de 1997, que foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce [CVRD], o caso brasileiro mais emblemático e relevante para a presente análise). O Banco Mundial – tendo como modelo as mudanças implementadas no Chile durante o regime de Pinochet – forneceu crédito e assessoramento para a formulação de novos marcos normativos modernizantes. Desta forma, o Peru (1991), o Equador (1991) o México (1992), a Argentina, (1993), o Brasil, (1996), a Guatemala (1997), Honduras (1998) e Colômbia (2001) introduziram mudanças nas legislações de seus respectivos setores mineradores, mediante créditos condicionados do Banco Mundial. Essas mudanças “estão na origem do impressionante *boom* minerador que vai do início dos anos 1990 até nossos dias.” (Aráoz, 2020, pp. 55-56).

Estas reformas tiveram profundas consequências econômicas, territoriais e sociais por toda a América Latina. Aráoz – seguindo o costume de enfatizar as relações entre política, economia e ordenação socioterritorial – evidencia que a expansão territorial do setor minerador está intrinsecamente ligada à valorização financeira dele:

Sob esse marco normativo, os investimentos em exploração passaram de duzentos milhões de dólares em 1990 a 1,3 bilhão em 1998. Entre 1990 e 1997, os investimentos em nível global avançaram 90% contra 400% na América Latina, que se converteu no principal destino de recursos para a mineração, absorvendo cerca de 30% do total (Sánchez-Albavera, Ortiz & Moussa, 1998; Bebbington, 2007 *apud* Aráoz, 2020). [...]

A expansão se refletiu de modo inevitável sobre a superfície territorial. A área concedida a projetos de exploração foi se estendendo ao longo da década até chegar a cobrir 10% do território latino-americano nos primeiros do século XXI. No caso do Chile, 10,6%, ou oitenta mil quilômetros quadrados. No Peru, foi de 1,6% em 1991 a 8,2% em 2006, com 105mil quilômetros quadrados. No Panamá, chegou a 45% do território, enquanto no Equador foi de 5% em 2000 a 16,7% em 2004. Na Argentina, até então sem histórico de explorações mineiras, o avanço dos anos 1990 chegou a cobrir rapidamente 25% da superfície estimada com potencial para a atividade (cerca de 750mil quilômetros quadrados). (*Ibid.*, p. 57).

O período de consolidação do neoliberalismo na América Latina foi marcado pela reorientação no sentido da reprimarização e financeirização em diversas economias da região. Neste período também se consolidou ideologicamente o discurso em defesa da globalização, do livre comércio e da vocação primário-exportadora da América Latina. O documento de 1996 do Banco Mundial, *A Mining Strategy for Latin America and the Caribbean* (Uma estratégia de mineração para a América Latina e o Caribe), citado por Aráoz, é expressão do discurso econômico dominante na época:

A mineração deu-se na América Latina e no Caribe durante muitos séculos. A região conta com importantes recursos minerais e é uma das principais produtoras de

alumínio, bauxita, cobre, ouro, minério de ferro, chumbo, prata, estanho e zinco, apenas para citar alguns. Hoje em dia, a atividade mineira comercial se encontra praticamente em todos os países da região e é a principal atividade econômica de seis países. O desenvolvimento da mineração na América Latina e no Caribe se atrasou nos anos 1960 e 1970, quando muitos países adotaram um enfoque estatista, nacionalizando operações em propriedade de estrangeiros, restringindo o acesso à terra do setor privado para exploração mineral e subvencionando operações públicas em detrimento do investidor privado. Mas a situação mudou na década passada. As economias de muitos países foram liberalizadas, empresas estatais foram privatizadas e foram concedidos incentivos a investidores estrangeiros para investir no setor. O Chile, que começou as reformas uma década antes, tomou a dianteira, atraindo bilhões de dólares. Argentina, Bolívia, Equador, México e Peru se encontram em etapas avançadas das reformas – e muitas empresas mineiras estatais foram privatizadas, em particular no México e no Peru.

Essas reformas foram um êxito na geração de um interesse substancial na região e na atração de investimentos em exploração, que, pela primeira vez em 1994 e 1995, foi ranqueada como a primeira do mundo em termos de gastos na exploração mineira (Banco Mundial, 1996, pp. 8-13 *apud* Aráoz, 2020 p. 58).

No que tange a presente análise, o apontamento mais relevante é de que as reformas implementadas durante o período do Consenso de Washington serviram para fazer avançar uma lógica competitiva e de mercado sobre novos territórios, ecossistemas e populações indígenas, tradicionais ou campesinas. A mercadorização da Natureza foi imposta como único meio de atrair investimentos e retomar o crescimento econômico, os investimentos, como prometido, se concretizaram. Este fluxo de capital estrangeiro, entretanto, permaneceu muito concentrado e foi direcionado ao mercado financeiro, não significando o aumento dos empregos ou da renda da maior parte da população. A globalização significou, para a América Latina, a renovação da velha dominação externa. Em um movimento comum à região, o desenvolvimento provou-se, na verdade, uma forma de modernização do subdesenvolvimento.

Os anos de reformas neoliberais e do Consenso de Washington foram seguidos pela chamada “onda progressista sul-americana”, em que se estabeleceu um novo consenso, o das *commodities*, e consolidou-se um novo modelo de desenvolvimento, o *neoextrativista*. O debate do qual surgiram os conceitos de consenso das commodities e neoextrativismo – objetos de análise centrais deste trabalho – tem como principais e mais antigas referências o economista equatoriano Alberto Acosta, o biólogo e sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas, a socióloga argentina Maristella Svampa, além do já amplamente citado Horacio Machado Aráoz. A caracterização e o posterior debate acerca do desenvolvimentismo neoextrativista presentes neste trabalho têm como base as contribuições dos referidos autores. Para fins didáticos e expositivos os conceitos chave serão abordados em subseções distintas. E, entretanto, o leitor deve sempre se lembrar que eles constituem a análise de um único fenômeno. A compreensão individual de cada conceito só é possível a partir da apreensão da totalidade do debate intelectual aqui analisado. Cada um dos conceitos aqui abordados – juntamente com as seções

anteriores, baseadas na obra de Horacio Machado Aráoz –, se considerados em conjunto e em diálogo, formam um robusto arcabouço teórico, indispensável para os estudos da realidade latino-americana e da atual crise ambiental.

2.3.1 A onda progressista sul-americana

Antes da exposição acerca das particularidades do novo extrativismo contemporâneo, é necessário tratar (muito) brevemente de seu contexto político. A onda progressista sul-americana faz referência à eleição de governos autodenominados progressistas, ou de uma nova esquerda. São estes governos: Nestor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina; Evo Morales na Bolívia; Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; Rafael Correa no Equador; Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai e Hugo Chavez na Venezuela (GUDYNAS, 2012, p. 130). Sobre as semelhanças e particularidades destes governos, Eduardo Gudynas escreve:

Portanto, aproximadamente 80% da população e pouco mais de três quartos da superfície sul-americana se encontra sob governos progressistas. Estes governos são muito distintos entre si, e inclusive existem diferenças notáveis no interior de cada um deles. [...] As tendências políticas apresentam matizes, e as vezes diferenças importantes, e é comum encontrar na imprensa rótulos como “esquerda radical” para os casos de Bolívia, Equador e Venezuela, enquanto não é raro que se tipifique a situação de Brasil, Chile e Uruguai como similar a da socialdemocracia europeia. Em alguns casos inclusive ocorreram reformas constitucionais (Bolívia, Equador, Venezuela) entendidas como uma necessária refundação do Estado. Apesar dessas diferenças, os governos da nova esquerda sul-americana compartilham sua crítica ao reduccionismo de mercado, que prevaleceu nas décadas de 1980 e 1990, e tem tentado de diversas maneiras implementar outro ativismo estatal e postular a luta contra a pobreza como uma de suas tarefas prioritárias. (Gudynas, 2009, p.189)¹³.

Esta onda progressista representa uma ruptura em relação às políticas neoliberais, orientadas para desenvolvimento e crescimento econômico baseados na valorização financeira e atração de investimentos estrangeiros. De um ponto de vista global, este início do século XXI

¹³ Tradução própria. No original: *Por lo tanto, aproximadamente el 80% de la población y poco más de tres cuartos de la superficie sudamericana, se encuentra bajo gobiernos progresistas. Estos gobiernos son muy distintos entre sí, e incluso existen diversidades notables al interior de cada uno de ellos. [...] Las tendencias políticas presentan matices, y a veces diferencias importantes, y es usual encontrar en la prensa rótulos tales como “izquierda radical” para los casos de Bolívia, Ecuador y Venezuela, mientras que no es raro que se tipifique la situación de Brasil, Chile y Uruguay como similar a la socialdemocracia europea. En unos casos incluso tuvieron lugar reformas constitucionales (Bolívia, Ecuador, Venezuela) entendidas como una necesaria refundación del Estado. A pesar de esas diferencias, los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana comparten su crítica al reduccionismo de mercado, que prevaleció en las décadas de 1980 y 1990, y lo han intentado de diversas maneras, despliegan otro activismo estatal, y postulan la lucha contra la pobreza como una de sus tareas prioritarias.*

foi marcado por uma crise econômica e financeira global, a mais grave desde a grande depressão de 1929, que atingiu violentamente os países industrializados e centrais – como EUA, Alemanha, Inglaterra, Japão e outros.

No contexto econômico e geopolítico internacional acima citado, por mais que a crise financeira tenha atingido duramente os países desenvolvidos, a alta demanda por bens primários advinda da Ásia – com destaque para a China – e os altos preços destas commodities, contribuíram para bons desempenhos econômicos em toda a região da América Latina. A princípio pouco afetados pela brutal recessão que se passava no Norte global, os países sul-americanos passaram a defender o crescimento econômico e um modelo de desenvolvimento baseado em exportações e investimento público, confiantes de que sempre haveria compradores para suas matérias primas. Estes governos progressistas, de maneira geral, aceitaram desempenhar um papel de reformadores do capitalismo, sem questioná-lo (Idem, 2012, p. 129-130).

2.3.2 O consenso das commodities/de Beijing

Antes de tratar de fato do consenso das commodities é importante esclarecer o significado do termo *commodities*. O presente texto trabalhará sempre com as definições citadas por Maristella Svampa: “[...] produtos indiferenciados cujos preços se fixam internacionalmente” (Wainer, 2011, p. 77 *apud* Svampa, 2013, p. 31)¹⁴ ou “[...] produtos de fabricação, disponibilidade e demanda mundial, que tem uma faixa de preços internacional e não requerem tecnologia avançada para sua fabricação e processamento” (Mundo Finanzas, 2012 *apud* Ibid. p. 31)¹⁵. Na América Latina, as commodities de maior importância e expressão nas exportações são os hidrocarbonetos (como petróleo e gás), minérios (como cobre, ouro, prata, zinco e outros) e produtos agrícolas (como café, milho, trigo e, em especial, a soja)¹⁶. Há, também, autores que preferem o termo Consenso de Beijing para “aludir à relevância das transformações geoeconômicas mundiais que irrompem da China, e o papel que esta vem desenvolvendo na América Latina como ‘seu’ espaço predileto de abastecimento de minerais e matérias primas.” (Aráoz, 2020, p. 66)

¹⁴ Tradução própria. No original: [...] *productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente*.

¹⁵ Tradução própria. No original: *productos de fabricación, disponibilidad, y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento*.

¹⁶ O extrativismo não se limita às atividades a ele tradicionalmente associadas como a mineração e a extração petrolífera. A exploração de madeira, de recursos hídricos, as monoculturas de grande extensão, etc. também são exemplos de atividades extrativistas.

Em oposição à primazia dada à valorização financeira e a estagnação econômica na década de 1990, o início do século XXI significou, para as economias latino-americanas um significativo crescimento econômico, balanças comerciais positivas e superávits fiscais. Neste cenário favorável, que se estendeu aproximadamente até 2013, os governos latino-americanos se apoiaram nas atividades primário-exportadoras e constantemente destacaram suas vantagens à região, ignorando as mazelas comumente associadas a este tipo de atividade de baixa complexidade, já discutidas anteriormente. A transição do Consenso de Washington para o das commodities na América Latina significa, portanto, o início de nova ordem econômica, política e ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das commodities e a alta demanda chinesa por estes produtos. O termo *consenso* ainda faz referência à uma espécie de acordo tácito entre todos os líderes políticos da região – independente de inclinação ideológica – de tratar a exportação de commodities de maneira indiscutível, irrevogável ou irresistível, reforçando a noção da América Latina como um espaço de exploração infindável de recursos naturais infinitos. (Svampa, 2013, 2019) Como exemplo desta aceitação incondicional à exportação de commodities, é emblemática a guinada extrativista dada por Rafael Correa, no Equador:

O líder da “revolução cidadã” denunciou, ao chegar ao poder, a “entrega do território equatoriano às transnacionais mineiras”, tendo herdado dos governos anteriores um mapa de pedidos de exploração que cobria mais de 80% do território. Como uma de suas primeiras medidas determinou a invalidade das concessões outorgadas e uma moratória na área de mineração. No entanto, logo foi se distanciando dessas posturas: impulsionou uma nova lei de mineração, em 2009, e em seguida uma lei de água, ambas bastante próximas aos interesses das corporações do setor, dando luz verde a vários projetos que afetam zonas de megabiodiversidade e territórios de povos originários. (Aráoz, 2020, p. 70).

Esta nova ordem deve ser compreendida através das rupturas e das – igualmente importantes – continuidades em relação ao período do Consenso de Washington. Enquanto na década de 1990 a política econômica latino-americana se voltava para privatizações, valorização financeira e presença mínima da ação estatal, a onda progressista inaugurou um período de maior ação estatal, com a presença de empresas estatais em diversos empreendimentos extrativistas e a utilização da renda extrativista para fomentar importantes programas de assistência social voltados às parcelas mais pobres e miseráveis de seus respectivos países. Foram mantidas, entretanto as bases normativas e jurídicas que resultaram na expansão extrativista que se iniciou no fim do século XX. Outro ponto de continuidade é a aceitação, por parte dos governos progressistas, da inserção subordinada e dependente das

economias latino-americanas no plano internacional (Aráoz, 2020; Svampa, 2013, 2019; Gudynas, 2009). Conclui-se:

Em suma, além das diferenças que é possível estabelecer em termos político-ideológicos e das nuances que podemos encontrar, o cenário latino-americano mostra a consolidação de um modelo de apropriação e exploração dos bens comuns¹⁷ que avança sobre as populações a partir de uma lógica vertical (de cima para baixo), colocando em um grande atoleiro os avanços no campo da democracia participativa e inaugurando um novo ciclo de criminalização e violação dos direitos humanos. (Svampa, 2019, p. 42).

2.3.3 O (neo)extrativismo

A chegada de diversos líderes e coalizões de esquerda, ou progressistas, ao poder na América Latina, somada à valorização e ao consenso das commodities inaugurou um novo modelo de desenvolvimento e uma nova etapa do secular extrativismo na região. O termo *neo-extrativismo*, como mencionado na introdução, foi cunhado por Eduardo Gudynas e aparece pela primeira vez em seu texto *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el nuevo progresismo sudamericano actual* (Dez teses urgentes sobre o novo extrativismo: Contextos e demandas sob o novo progressismo sul-americano atual). Como indicado pelo título o texto é organizado a partir de dez diferentes teses acerca deste novo extrativismo. Sem a pretensão de substituir a leitura do texto original, é essencial mencionar todas as teses de Gudynas:

1) Apesar da relevante guinada à esquerda no continente, os setores extrativistas seguem sendo pilares fundamentais nos estilos de desenvolvimento adotados pelos governos progressistas.

2) O progressismo latino-americano gerou um extrativismo de novo tipo, um “neo-extrativismo de cunho progressista”. É importante reconhecer tal fato para não cometer dois erros: o de afirmar que o progressismo latino-americano não mudou nada em relação às décadas de 1980 e 1990, ou o de defender a ilusão de que, sob o progressismo, foram resolvidos os impactos sociais, ambientais e econômicos do extrativismo.

¹⁷ A partir do interesse da defesa dos “recursos naturais”, diversos intelectuais e militantes adotaram a terminologia *bens comuns*, aludindo ao fato de estes serem essenciais para a manutenção de todas as formas de vida em um determinado território. Este termo explicita a necessidade de manter esses bens afastados de uma lógica de mercado. (Svampa, 2016, p. 149)

3) A presença estatal nos setores extrativos agora é maior, tanto diretamente – com empresas estatais atuando nas explorações – quanto indiretamente, na forma de maiores royalties e tributos, empresas de propriedade mista etc.

4) O neoextrativismo promove uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira.

5) Sob os governos progressistas segue avançando a fragmentação territorial e a formação enclaves extrativistas ligados apenas ao mercado global, tensionando ainda mais os antigos conflitos territoriais.

6) Nos empreendimentos neoextrativistas, independente de que atores sejam proprietários dos recursos explorados, os processos produtivos são orientados exclusivamente à competitividade, aumento de rentabilidade. Mesmo nos casos de propriedade mista ou estatal, são comuns as práticas tipicamente corporativas de externalização dos impactos sociais e ambientais.

7) Sob o neoextrativismo progressista se mantiveram, e em alguns casos se agravaram, os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos extrativistas. Além disso, as ações para o enfrentamento deste impacto foram enfraquecidas e o debate público que os cercava foi esvaziado.

8) Sob o progressismo, o Estado captura uma porção maior do excedente econômico do setor extrativista, utilizando parte desses recursos para o financiamento de importantes programas de assistência social. Estes programas formam uma sólida base de legitimação para os governos progressistas e para as atividades extrativistas, além de apaziguar as demandas sociais.

9) O neoextrativismo é aceito como fundamental ao crescimento econômico e peça chave no combate à pobreza. Os governos progressistas não questionam a visão reducionista que iguala crescimento econômico à desenvolvimento.

10) O neoextrativismo é parte de um novo modelo de desenvolvimento. Esta versão de desenvolvimento, própria da América do Sul, é herdeira plena das clássicas ideias da Modernidade e, portanto, não questiona o progresso, mas é também o resultado de condições econômicas, sociais e culturais próprias da contemporaneidade sul-americana. (GUDYNAS, 2009, pp. 190-219). O autor sustenta as teses a partir da coleta, tratamento e diálogo com dados referentes ao setor extrativista, como *royalties* pagos, lucros capturados por empresas estrangeiras, incidência de conflitos nas proximidades de empreendimentos, participação das exportações no PIB e outros.

É fundamental apontar que o *neo* em neoextrativismo faz alusão não a um fenômeno inteiramente inédito ou ao “fim” do extrativismo clássico, mas sim a uma nova etapa – constituída através de diversas mediações, rupturas e continuidades em relação à anterior – de uma longa tradição de exploração e apropriação no território sul-americano. Trata-se, portanto, de mais uma instância de desenvolvimento do subdesenvolvimento ou de renovação de uma dominação arcaica. Não se tratando, o neoextrativismo, de um fenômeno inédito, suas mazelas e impactos também não o são. Pelo contrário, observa-se o aprofundamento, a expansão, e a otimização técnica das velhas formas de dominação, exploração e expropriação da Natureza e do trabalho. (Aráoz, 2016; Gudynas, 2016; Svampa, 2019).

O esgotamento das reservas convencionais de “recursos naturais” somado ao avanço da técnica e do domínio humano sobre a Natureza, inauguraram as explorações *não convencionais*. A mega mineração a céu aberto é exemplo de uma nova forma de velhas atividades extrativistas¹⁸, baseada no desenvolvimento de tecnologias que permitem a exploração rentável de jazidas de grau inferior de qualidade. Estas explorações a céu aberto

[...] deslocam enormes volumes de material rochoso, que logo é triturado e submetido a processos físico-químicos de lixiviação nos quais a rocha moída é tratada com grandes quantidades de água doce combinadas com ácido sulfúrico, mercúrio cianureto e outras substâncias tóxicas de modo a produzir a separação do mineral. (Estudios Mineros Del Perú S.A.C, 2000; Rodríguez Pardo, 2007 *apud* Aráoz, 2020, p. 194).

Estas mega minas a céu aberto utilizam de diversos explosivos e substâncias tóxicas, destroem consideráveis extensões de regiões montanhosas e necessitam do uso extensivo de recursos hídricos e elétricos (*Ibid.*, p. 194). A descrição deste tipo de empreendimento não convencional serve, neste trabalho, para ilustrar algumas características comuns aos empreendimentos neoextrativistas: o agigantamento dos empreendimentos, o impacto ambiental exponencialmente mais grave que o do século passado e o consumo cada vez maior de água, energia elétrica, maquinário e terra.

Esta particular combinação de fatores conjunturais e estruturais presentes no modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo gerou uma série de contradições nas formações sociais latino-americanas. O aprofundamento da dependência econômica na exportação de bens primários, como advertido por Alberto Acosta (2016, pp. 79-80) intensificou as antigas mazelas da dependência como instituições de Estado fragilizadas e incapazes de impor normas e

¹⁸ Podem ser citados, também, a extração de petróleo abaixo da camada do pré-sal, o fraturamento hidráulico ou *fracking*, a exploração de gás de folhelho em reservas de xisto e outras.

fiscalizar dano ambiental, ausência de transparência que estimula arbitrariedades e má alocação de recursos públicos e de bens comuns, políticas públicas de curto prazo e pouco ou mal planejadas e ilusão de riqueza causada por conjunturas internacionais favoráveis à exportação de commodities. Além disso, expansão e intensificação das atividades extrativistas significou a irrupção de novos conflitos socioambientais (Acosta, 2009, 2016; Aráoz, 2015, 2016, 2020; Gudynas 2009, 2012; Svampa 2013, 2016, 2019). Por outro lado, o ganho em qualidade de vida experienciado por milhões de sul-americanos durante o referido período é real e deve, obviamente, ser enaltecido.

2.3.4 O Estado compensador

Esta dinâmica contraditória de aceleração da destruição ambiental, intensificação dos conflitos socioambientais e ganhos reais e significativos no que tange a vida dos trabalhadores sul-americanos gera um ciclo vicioso: os megaempreendimentos extrativistas causam efeitos maléficos a parcelas relevantes da população, que passam a necessitar de políticas sociais (em especial as de compensação financeira), essas políticas sociais, por sua vez, só são possíveis se mantido um crescimento econômico baseado justamente na expansão dos megaempreendimentos extrativistas. É a partir da compreensão desta dinâmica que Eduardo Gudynas passa a caracterizar os estados-nacionais sob o progressismo sul-americanos como *compensadores*. Os elementos chave deste Estado compensador são

[...] os equilíbrios, para os quais se utilizam diversos instrumentos, entre os quais se destacam as compensações econômicas. São equilíbrios dinâmicos, instáveis e inclusive arriscados, já que boa parte dos ingressos [monetários] dependem de fluxos de exportação de matérias primas cujo preço ou demanda esses governos não controlam (Gudynas, 2012, p. 139).

Este equilíbrio baseado majoritariamente em programas de redistribuição monetária como base de sustentação e legitimação política gera uma visão reducionista das funções do Estado e das políticas públicas, ao equalizarem transferência de renda à justiça social. (*Ibid.* p. 145)

É essencial insistir no duplo caráter dos programas de assistência social promovidos pelos governos da nova esquerda sul-americana. Por um lado, estes programas produziram efeitos positivos inquestionáveis, aliviaram a fome e as necessidades materiais de milhões de famílias no continente, por outro, serviram como um importante (talvez fundamental) pilar de legitimação político-ideológica para o modelo de desenvolvimento promovido pelos líderes e

governos progressistas. Esta ambiguidade, sempre presente quando se fala da onda progressista sul-americana, traz consigo um duro desafio aos intelectuais que se propõe a debatê-la. Os reais avanços conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos de progressismo não podem ser descartados e tratados simplesmente como medidas populistas de governos sem nenhum compromisso com sua base eleitoral, igualmente, não se pode evitar ou calar os válidos apontamentos aos limites destes governos, que não questionaram a lógica do extrativismo e do capital mas, pelo contrário, aprofundaram a dependência em atividades primário-exportadoras e a razão capitalista ao promoverem uma espécie de “inclusão social” limitada ao consumo.

2.3.5 O neoextrativismo após o fim da onda progressista

O fim dos governos progressistas na América Latina não significou o fim do neoextrativismo. Há pesquisadores que compreendem a existência, no Brasil, de um neoextrativismo liberal-conservador. Sob este neoextrativismo liberal-conservador, o governo permanece preocupado em expandir e intensificar a exploração da Natureza, segue fomentando um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento das exportações primárias e as explorações não convencionais avançam velozmente. Entretanto, sob o liberal-conservadorismo a renda extrativista não é mais revertida em benefícios sociais, mas transferida ao mercado financeiro ou acumulada nas mãos de poucos empresários. É patente, então, que apesar do posicionamento favorável ao extrativismo ser presente em governos progressistas e conservadores, há diferenças substanciais em seu modo de operação. De acordo com os formuladores desta hipótese:

Durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), as ações e propostas de alteração de legislação buscavam aumentar o protagonismo do Estado no crescimento do setor mineral. Em parte, tais iniciativas poderiam ser associadas a um “neoextrativismo progressista”, onde não apenas o Estado teria maior relevância, como o aumento da captura da renda mineral seria destinado, majoritariamente, para políticas de combate à desigualdade social. Com a mudança de governo, continua havendo uma forte preocupação com a expansão da extração mineral, porém o governo abre mão de orientar tal expansão, deixando para que ocorra sob as “forças de mercado”. Ainda, existem medidas para aumentar a captura, pelo Estado, da renda mineral, porém, sua orientação aponta a transferência de tal renda para o setor financeiro, por meio de pagamento dos serviços da dívida pública. A essa nova variedade de neoextrativismo, chamamos neoextrativismo “liberal-conservador” (González, Milanez, Wanderlei, 2018, p. 350).

As constantes transformações conjunturais a nível nacional, continental e global fazem do estudo do extrativismo e do neoextrativismo uma tarefa em constante reinvenção. Apesar da

importância das discussões teóricas e históricas, é a partir das pesquisas empíricas que se torna possível apreender verdadeiramente o sentido e os impactos do neoextrativismo.

3. CAPÍTULO II: OS EFEITOS DO NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL

3.1 Como avaliar os efeitos do neoextrativismo?

Em oposição ao capítulo anterior, o presente capítulo é dedicado à exposição e discussão das pressões concretas que empreendimentos neoextrativistas exercem sobre biomas, povos originários e economias locais. Uma vez introduzido e discutido – ainda que em nível mais elevado de abstração – o aporte teórico desenvolvido através do estudo dos efeitos do extrativismo contemporâneo sobre a realidade latino-americana, é possível estabelecer diálogo com estudos desenvolvidos acerca de casos específicos. Antes de serem analisados os estudos de caso em questão, é necessário debater com atenção especial um texto de Eduardo Gudynas. Em *Extractivismos en America del Sur: conceptos y efectos derrame* o autor trabalha com a noção de *efectos derrame*, que será essencial para a posterior análise dos casos selecionados e seu diálogo com a literatura já exposta no primeiro capítulo. Segundo Gudynas (2016, pp. 27-28) “O conceito de ‘efeitos derrame’ dos extrativismos é imprescindível para identificar e analisar as condicionantes e transformações geradas além de um empreendimento específico, da localização específica onde está situado ou das medidas políticas que o tornam possível.”¹⁹

Uma vez que o objeto abordado – empreendimentos neoextrativistas – é componente estrutural da formação econômico-social brasileira, seus efeitos só podem ser verdadeiramente observados se forem consideradas as mediações entre as escalas local, regional e nacional. A revisão da bibliografia voltada ao estudo detalhado dos efeitos do extrativismo sobre um município, região ou Estado permite que se faça a aproximação entre a totalidade da economia extrativista e os empreendimentos particulares que a constituem. O conceito de *efectos derrame* se mostra fundamental, portanto, pois munido dele o leitor será capaz de refletir sobre os estudos aqui abordados para além de seu conteúdo propriamente dito.

Ainda no texto citado anteriormente, Gudynas (2016) trata da importância de considerar os efeitos derrame e as diferentes escalas quando estudando o neoextrativismo. A citação abaixo é fundamental:

Os efeitos derrame se desdobram muito além da localização espacial de cada empreendimento. Sua ênfase não está nos impactos locais em um lugar, mas naqueles

¹⁹ Tradução própria. No original: “El concepto de ‘efectos derrame’ de los extractivismos es imprescindible para identificar y analizar las condicionantes y transformaciones que se generan más allá de un emprendimiento esocífico, del sitio em particular donde está ubicado o de las medidas políticas que lo hacen posible.”

efeitos que por sua vez têm consequências que podem se repetir em muitas outras regiões do país.

Estes efeitos derrame não têm recebido a atenção necessária já que prevalece a preocupação com os impactos locais. Mas ao se promoverem diferentes empreendimentos extrativos, como um projeto mineiro ou petrolífero, geram-se consequências que afetam toda a estrutura de políticas públicas nacionais. Seguindo com o exemplo acima, quando se aplica uma flexibilização ambiental para permitir um empreendimento extrativo em um lugar, essa redução também é aproveitada por outros projetos em outras áreas e outros locais do país. O resultado é uma redução da qualidade ambiental em toda a nação e para todos os setores.

Os diferentes efeitos desses derrames estão entrelaçados (vinculando-se uns com os outros), se potencializam entre si, e são multidimensionais (abarcando aspectos sociais, ambientais, econômicos e territoriais. (*Ibidem*, p. 28)²⁰.

Entre os diferentes efeitos derrame, podem-se destacar os ambientais, territoriais, sociais, econômicos e culturais.

O levantamento, o mapeamento e a análise dos artigos aqui citados não substituem sua leitura. Este capítulo não pretende esgotar nem reproduzir os temas abordados pelos autores, mas sim compilar contribuições diversas e explicitar os entrelaçamentos de efeitos de diferentes empreendimentos extrativos. Devido à relevância da empresa Vale S.A. – mineradora multinacional brasileira que figura entre as maiores do mundo, de agora em diante será referida simplesmente como Vale – foi feita a escolha de analisar e discutir com profundidade os artigos relacionados às suas operações e as da empresa Samarco, cujo capital é parcialmente controlado pela Vale. Esta escolha permite que se estabeleça um debate mais criterioso acerca dos efeitos (locais/imediatos e de derrame) das diversas atividades relacionadas à um setor estruturalmente relevante à economia-política brasileira. A escolha pelo enfoque na mineração também é justificada pelo fato de ela ser uma atividade presente em muitos países latino-americanos, sendo a atividade relevante para a região como um todo, como apontado por Maristella Svampa:

De todas as atividades extrativas na América Latina, a mais questionada é, sem dúvida, a mineração de metais em grande escala. Hoje em dia, não há país latino-americano com projetos de mineração que não tenha conflitos sociais entre as empresas mineradoras e as lideranças comunitárias, passando por México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá, Equador, Peru, Colômbia, Brasil, Argentina e Chile. (Svampa, 2019, pp. 65-66).

²⁰ Tradução própria. No original: “*Los efectos derrame se despliegan mucho más allá de la localización espacial de cada emprendimiento. Su énfasis no está en los impactos locales en un sitio, sino en esas afectaciones que a su vez tienen consecuencias que se pueden repetir en muchas otras zonas del país.*”

Estos efectos derrame no han recibido la atención necesaria ya que prevalece la preocupación en los impactos locales. Pero al promoverse distintos emprendimientos extractivos, como puede ser un proyecto minero o petrolero, se generan consecuencias que afectan a todo el entramado de políticas públicas nacionales. Siguiendo con el ejemplo de arriba, cuando se aplica una flexibilización ambiental para permitir un emprendimiento extractivo en un sitio, esa rebaja también es aprovechada por otros proyectos en otros rubros y en otros sitios del país. El resultado es una reducción de la calidad ambiental en toda la nación y para todos los sectores.

Los distintos efectos de esos derrames están entrelazados (vinculándose unos con otros), se potencian entre ellos, y son multidimensionales (abarcando aspectos Sociales, ambientales, económicos y territoriales).

Analisar e debater os impactos da mineração em grande escala dentro do território brasileiro também contribui para a reflexão acerca dos extrativismos na América Latina como um todo.

3.2 Os casos Vale/Samarco

A empresa Vale do Rio Doce foi fundada a partir de um decreto-lei do então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1942. No início de sua história a mineradora tinha suas operações concentradas no município de Itabira em Minas Gerais, mas ao longo do século XX expandiu suas operações nacional e internacionalmente (Vale, 2023). Em 1997, em meio ao contexto de massivas privatizações já citado no capítulo anterior, a Vale do Rio Doce foi privatizada e se tornou Vale S.A (*Ibid.*). Atualmente o Grupo Vale é agente hegemônico no setor da mineração em larga escala no Brasil e no mundo:

A mineração em larga escala é hegemonicamente dominada no Brasil pelo Grupo Vale, um grupo transnacional, que se configura entre as três maiores mineradoras líderes na produção de minério de ferro do mundo. Nasce como empresa estatal brasileira, mas umbilicalmente ligada ao mercado externo, com o propósito de abastecê-lo com o minério de ferro por meio de importantes parcerias comerciais com os Estados Unidos, Alemanha, Japão e, mais recentemente, com a China. No Brasil, a Vale detém a concessão de exploração de lavra dos principais complexos minerários nos estados de Minas Gerais e Pará, além de ser responsável por 68% de toda a movimentação de cargas de ferrovias do Brasil e 27% da movimentação portuária, tornando-se a principal fornecedora logística do país. (Contente, 2018, pp. 06-07).

Em acordo firmado entre a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP), no ano 2000, cada empresa tornou-se detentora de 50% da Samarco. A empresa de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, atua na área da mineração e pelotização de minério de ferro. (Samarco, 2023a).

3.2.1 Canaã dos Carajás

Entre os megaempreendimentos mineiros da Vale o Projeto de Ferro S11D destaca-se pela extensão da jazida a ser explorada, o elevado grau de pureza do minério de ferro que ela contém e sua lucratividade. Após se iniciarem as operações dessa mina, a Vale apresentou lucro recorde de 143% em relação ao período anterior (*Ibid.*, p. 8, apud IBGE, 2018). A mina está localizada no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do estado do Pará e seu impacto sobre

a economia local foi estudado pela pesquisadora paraense Simone Contente e exposto em seu artigo “O sentido do neoextrativismo: a relação entre o Estado, a Vale e o desenvolvimento social em Canaã dos Carajás – PA”. O artigo articula dados referentes à dinâmica produtiva do município com o arcabouço teórico já discutido, estabelecendo diálogo privilegiado com Eduardo Gudynas e Maristella Svampa.

Segundo a autora (*Ibid.*, p. 9), a chegada de projetos mineiros na região teve impacto profundo sobre sua estrutura econômica, o que pode ser observado, em primeira aproximação, pelo significativo aumento do PIB do município “[...] que em 2000 era de R\$ 27.757 milhões, em 2004, um ano após a instalação do projeto de cobre da mina Sossego, passou para R\$ 464.763 e, em 2017, logo em seguida à instalação do S11D atingiu R\$ 2.343.474”, e a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM²¹. Apesar de ser possível afirmar, observando a progressão destes dois indicadores do município de Canaã dos Carajás, que a instalação do S11D produziu profundos impactos sobre a economia do município, compreender e qualificar este impacto exigiu uma investigação mais profunda. Contente tece sua análise, então, a partir do estudo da dinâmica produtiva de Canaã dos Carajás, dando atenção especial à oferta de empregos, indicadores de renda e acesso à terra.

O município, antes da chegada da mineração, era um relevante polo de produção de milho e feijão para o estado do Pará, além de possuir uma importante produção pecuária. Os empreendimentos mineiros logo tornaram-se hegemônicos na região, cuja cadeia produtiva voltou-se quase inteiramente para a mineração, como pode ser observado no Gráfico 1. De acordo com Contente:

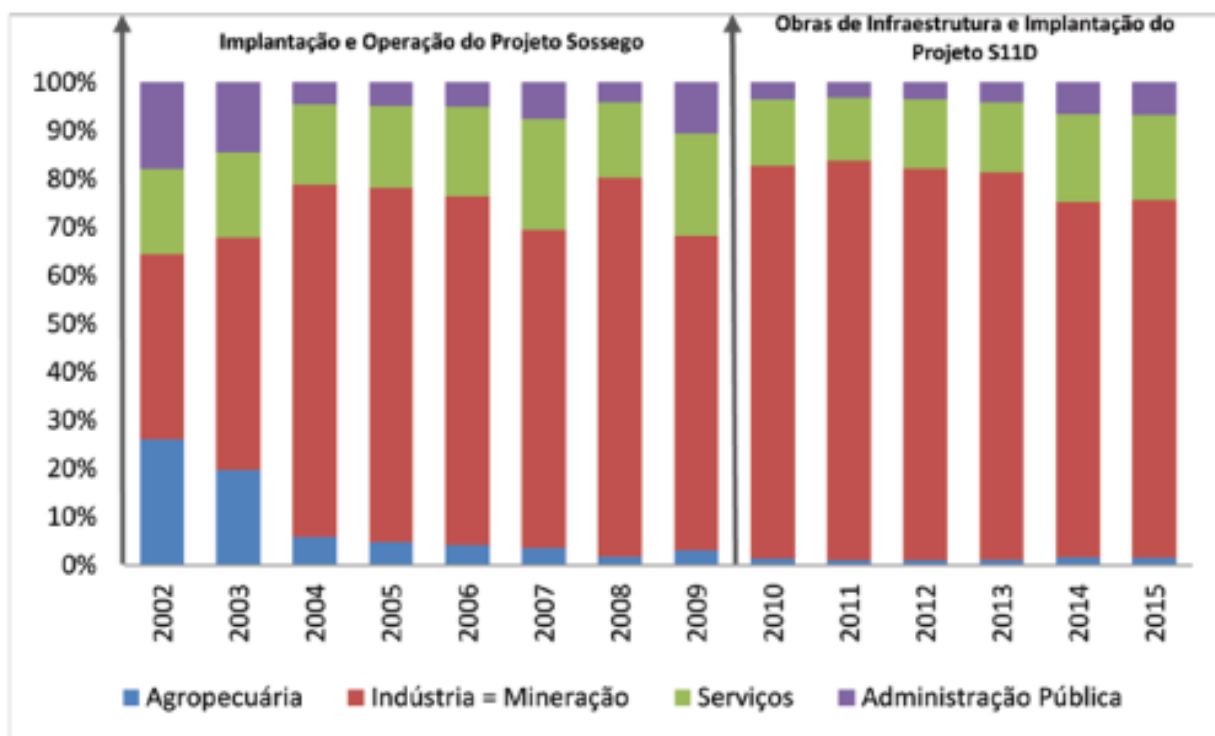
Do ponto de vista da dinâmica produtiva, é preocupante quando se observa o grau de especialização que a mineração assumiu no município. Primeiro, por ser uma atividade de exploração de um recurso finito e, segundo, pela baixa verticalização na sua cadeia direta. Trata-se de uma atividade de extração *in natura* para exportação, em que se emprega alta tecnologia, basicamente importada de outros países, e que exige pouca mão de obra local para sua operação. (*Ibid.*, p.11).

A baixa diversificação econômica expressada pelo gráfico (GRÁFICO 1) também significa uma crescente vulnerabilidade econômica. O último caso que será discutido neste

²¹ A CFEM foi estabelecida pela constituição de 1988, segundo a qual é devida uma compensação monetária à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, esta compensação seria uma contraprestação pela utilização dos recursos minerais em território nacional. (Agência Nacional de Mineração, 2023) Contente (2018, p. 9) observa que Canaã dos Carajás, após a instalação do S11D, se tornou o maior arrecadador de CFEM do estado do Pará, com o montante chegando à R\$ 40,3 milhões em 2017 e estimativas de atingir R\$350 milhões em 2020.

capítulo é um exemplo das possíveis consequências de uma interrupção inesperada de uma atividade fundamental à cadeia produtiva de um município altamente especializado.

Gráfico 1 – Valor Adicional Bruto (VAB) por setor de atividade econômica. Canaã dos Carajás (2002-2015)



Fonte: Contente, 2018, p.11 *apud* Enriquez, 2018, p.16

O projeto S11D também não contribuiu com a geração de empregos para além do período das obras do projeto. A autora destaca a “instabilidade dos empregos gerados indiretamente pela mineração quando setores como construção civil, comércio e serviços não conseguiram sustentar o nível de emprego ao término da obra de implantação do projeto.” (*Ibid.* p. 12)

Pode-se dizer – em diálogo com o que foi discutido no primeiro capítulo – que Canaã dos Carajás constitui um verdadeiro *enclave*. O município tem toda sua cadeia produtiva voltada para a exportação de um bem primário, para abastecer as economias centrais de minério de ferro. Com maquinário e mão de obra majoritariamente estrangeiros, o projeto S11D constitui uma extensão das economias centrais em território brasileiro, um espaço de esvaziamento da soberania nacional. A população local não viu melhorias na oferta de serviços públicos e viu-se impossibilitada de voltar a viver da terra, devido à pressão territorial exercida pelo projeto:

[...] Outro dado que chama a atenção está no fato da inexistência de aumento de postos de trabalho relacionados à Administração Pública, considerando o fluxo migratório intenso para a região durante esse período, o que nos aponta para um quadro caótico relativo ao atendimento público da população local. Por fim, percebe-se que não houve retorno para o trabalho no setor agropecuário, haja vista uma variação negativa em 2017, ou seja, essa população, que em parte fora expropriada pela pressão imobiliária no município, ao tentar retornar à sua atividade originária, não obtinha campo de trabalho. (*Ibid*, p. 13).

A citação indica um avanço da lógica de mercado sobre o território e sua população, afastada forçosamente das terras das quais dependia sua reprodução social, e sem o amparo de políticas e serviços públicos adequados.

Em relação à pressão fundiária, Contente observa que

[...] Canaã possuía uma base agrícola importante na região que, se resgatada, poderia distensionar a centralidade da mineração na estrutura produtiva do município, evitando a pressão sobre a malha urbana. O fato é que a mineração tem atuado de forma oposta, tanto tensionando a estrutura fundiária, quanto a produção agropecuária local. (*Ibid.*, p.16).

A autora demonstra que a pressão sobre as terras foi causada pela prática adotada pela Vale, de adquirir terras próximas aos seus empreendimentos à preços acima dos praticados no mercado local, causando pressão especulativa sobre os terrenos da região. Essa prática teria o intuito de criar um “cordão de isolamento de conflitos no entorno de seus projetos.” (*Ibid*, p. 19)

Os conflitos por terra, de fato, se tornaram presentes na região: “Só no ano de 2015, segundo consta dos autos de ação possessória que corre na Vara Agrária de Marabá, foram ocupadas 23 fazendas por famílias de sem-terras no município de Canaã dos Carajás e, dessas ações, pelo menos 19 vinham da Vale.” (*Ibid.*, p. 19 *apud* Vara Agrária Cível de Marabá, 2018, pp. 21-23) Para além da pressão territorial causada pela mina em si, a autora aponta o processo de expropriação necessário para a instalação da infraestrutura que cerca o projeto. A duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC foi necessária para a implantação do S11D e atingiu 1.653 famílias, incluindo comunidades indígenas e quilombolas (*Ibid.*, p. 21 *apud* Faustino; Furtado, 2013, p.51). Para além destes efeitos territoriais de derrame, a presença da Vale alterou a própria rede de políticas públicas da região:

Como uma política de incentivo público ao campo, em 2018, a Prefeitura de Canaã instituiu o Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo – Procampo, numa parceria com a Vale, que tinha entre seus objetivos promover a produção agrícola e pecuária no município, através de uma política de incentivo creditício, vinculada a um Fundo de Desenvolvimento Sustentável – FDS, a partir de recursos do Cefem. Uma cláusula do Procampo condicionava esse empréstimo a propriedades tituladas, o que,

por um lado, restringia sobremaneira a participação de pequenos produtores e assentados de reforma agrária que, em geral, não possuíam a posse legal da terra, e, por outro, fazia da pauta da regularização fundiária a principal política para o campo. Nesse sentido, convergia com a dinâmica nacional, instituída pela MP no 759/2017, de submeter milhões de hectares de terras da reforma agrária à gana do mercado imobiliário. Por essa questão, as expectativas em torno do Procampo, pelo menos no que tange a uma dinâmica de inclusão de populações mais carentes no campo e incentivo à produção alimentar agrícola, não parecem estar no horizonte de desenvolvimento produtivo regional, ao contrário, pode ser uma política de mais pressão sobre as terras da reforma agrária no município. (*Ibid.*, p. 24).

A influência exercida pela Vale sobre a distribuição de terras no entorno de seus empreendimentos expressa a fragilidade das instituições democráticas e da participação popular no Sul global perante o poder do capital. A Vale, a fim de garantir a manutenção de suas taxas de lucro, transformou unilateralmente as dinâmicas produtiva, social, territorial e política no município de Canaã de Carajás.

Contente conclui, em seu artigo, que a chegada da Vale no município de Canaã dos Carajás não foi acompanhada de programas estatais efetivos voltados à redução da pobreza e à diversificação produtiva da economia local. Pelo contrário, a região viu crescerem a desigualdade social, a especialização produtiva e a captura do Estado pelo capital minerador (*Ibid.*, p. 27). Para além dos impactos que incidem diretamente sobre o município, no contexto deste trabalho é fundamental considerar como a implementação de um projeto como o S11D afeta as próprias concepções de Natureza e justiça social a nível nacional. Compensar monetariamente a destruição de áreas de floresta e a expropriação de terra agricultável – necessários para a reprodução biológica da sociedade – reforça uma visão instrumental e mercadológica de toda a vida social.

3.2.2 O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão

No dia 5 de novembro de 2015, no município de Mariana, em Minas Gerais, a barragem de rejeitos de Fundão se rompeu, causando danos incalculáveis às comunidades e famílias atingidas e ao meio ambiente. A barragem era de propriedade da Samarco, cujo capital é controlado pela Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. O rompimento causou 19 vítimas fatais e liberou mais de 30 milhões²² de metros cúbicos de rejeitos. Estes rejeitos percorreram 600km até o litoral do Espírito Santo, ao todo, 39 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo, além do Rio Doce, foram atingidos. (Samarco, 2023b; Zhouri et al, 2016, p. 45-46). No artigo

²² De acordo com Zhouri et al (2016, p.46) o volume de rejeitos liberados é de 50 milhões de metros cúbicos, já a Samarco (2023b) afirma que foram liberados 32,6 milhões metros cúbicos de rejeitos, dos quais 10 milhões atingiram o Rio Doce.

O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social, de Andréa Zhouri et al, os autores abordam o rompimento da barragem à luz dos conceitos de *conflito ambiental*, *desastre tecnológico* e *sofrimento social*, que serão trabalhados a seguir e demonstram que este desastre não pode ser tratado como ocorrência súbita e inesperada, o rompimento da barragem em Mariana é consequência de um relaxamento na fiscalização referente à projetos vistos como importantes para o desenvolvimento nacional.

É importante, em um primeiro momento, tratar da gravidade do episódio aqui discutido:

O desastre tecnológico em Mariana causou a destruição de centenas de moradias, o comprometimento das atividades produtivas de diversas comunidades ribeirinhas, uma extensa mortandade de peixes, suspensão da pesca até a foz do Rio Doce, e significativos danos à qualidade da água naquela bacia hidrográfica, fonte de abastecimento de milhares de habitantes. Se são extensas as perdas materiais imediatas, graves os prejuízos à vida e à saúde dessas populações, é preciso enfatizar que se tratou, também, da destruição de seus territórios enquanto base de sua reprodução social, cultural e econômica, assentada em condições socioecológicas específicas que foram aniquiladas a partir do desastre. (*Ibid*, p. 54).

O rompimento da Barragem do Fundão é um desastre que se estendeu temporal e geograficamente, causando danos inquantificáveis.

O estado de Minas Gerais já possuía um histórico de rompimentos de barragens prévio ao desastre em Mariana. Desde 1986, 16 pessoas já haviam sido mortas em seis casos de rompimentos de barragens (Zhouri et al, 2016, p. 46 *apud* Oliveira, 2015). Outro fato relevante é que a presença da barragem já causava efeitos negativos sobre a população e seu rompimento já era temido em Bento Rodrigues, onde 68% de entrevistados relataram medo em relação ao rompimento da barragem, 94% reclamaram quanto à poluição das águas e 64% temiam que suas casas pudessem ser desapropriadas pela Samarco (*Ibid*, p. 49 *apud* Viana, 2012). Zhouri et al (2016, p. 51) apontam também que, já em 2013, um laudo técnico feito a pedido do ministério público apontava sobreposição entre a Barragem do Fundão e a pilha de estéril da Mina de Fábrica Nova, da Vale, segundo o laudo: “Notam-se áreas de contato entre a pilha e a barragem. Esta situação é inadequada para o contexto de ambas estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos.” (Instituto Pristino, 2013, p. 3) O rompimento da Barragem de Fundão não pode ser tratado como um caso isolado, uma anomalia impossível de ser prevista ou um desastre natural.

O episódio em questão foi o ponto mais violento de um conflito ambiental que segue em curso, o rompimento da barragem foi a concretização de uma ameaça preexistente desde conflitos anteriores. O artigo salienta, em diálogo com a obra de Maristella Svampa, que os conflitos ambientais, caracterizados pela disputa sobre bens ou serviços ambientais não

envolvem partes em posições sociais equivalentes ou condições comparáveis em negociações. Estes conflitos envolvem agentes em posições assimétricas e desigual acesso de capital econômico, político e simbólico (Zhour et al, 2016, p. 48). No caso em questão, a Samarco e as comunidades atingidas pelos rejeitos foram induzidos a uma negociação, em que a empresa não fora tratada como ré de crimes, mas como *parte interessada*. Esta forma de *resolução negociada de conflitos* está “inserida em uma estratégia generalizada da política ambiental” (*Ibid*, p. 49). As injustiças que seguiram o rompimento da barragem são, portanto, consequência não apenas da atuação da Samarco, mas de todo um ambiente institucional criado a fim de favorecer as grandes corporações e aceitar sua negligência. É possível afirmar com confiança que o desastre ocorrido em Mariana e a violência subsequente são consequência de efeitos locais e de derrame agindo em convergência. Gudynas (2016, p. 31), em seu artigo sobre efeitos derrame, faz referência a casos de *alegalidades*, se referindo a “[...] práticas que são formalmente legais mas que se aproveitam dos vazios ou limitações das normas para conseguir benefícios que claramente estão contra o espírito do marco jurídico.”²³

Zhour et al apontam a importância de se referir ao rompimento da Barragem do Fundão como um *desastre tecnológico* – “um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes [...]” (Zhour et al, 2016, p. 52 *apud* Segen, 2002) – em oposição a um desastre *natural*. Caso o contrário, se torna possível elaborar uma interpretação em que a Samarco é mais uma das vítimas de circunstâncias imprevisíveis e um discurso que afirma que as ações tomadas pela empresa junto à comunidade são atos de solidariedade e benevolência voluntários.

É no sentido de ressaltar a inadequação da ação estatal que os autores lançam mão do conceito de sofrimento social, que permite “evidenciar que as aflições e dores vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social” (*Ibid.*, p. 56). O decreto presidencial 8.572 de 13 de novembro de 2015, citado no artigo, é bom exemplo das consequências de uma interpretação enviesada do desastre. O decreto em questão possibilitou que trabalhadores registrados pudessem acessar parte dos recursos de seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para mitigar os danos causados pelo rompimento da barragem. Essa medida, além de naturalizar que os vitimados

²³ Tradução própria. No original: “[...] prácticas que son formalmente legales pero que se aprovechan de los vacíos o limitaciones de las normas para lograr beneficios que claramente están contra el espíritu del marco jurídico.”

recorressem aos próprios recursos para lidar com o ocorrido, excluiu os trabalhadores informais e aqueles com fundos insuficientes (*Ibid.*, p. 52).

O artigo conclui que as medidas tomadas após o rompimento da barragem e o enquadramento conceitual usado para debater o desastre de Mariana contribuem para agravar o sofrimento social, as companhias responsáveis (Samarco, Vale e BHP Billiton) puderam interferir nos processos de definição de ações reparadoras, de maneira a assegurar seus próprios interesses. Os autores apontam como fundamental não esquecer que a narrativa governamental, técnica e empresarial são construídas com o intuito de legitimar suas ações. Igualmente importante é a garantia de espaços em que os grupos afetados possam contestar a narrativa dominante (*Ibid.*, pp. 60-61).

3.2.3 Anchieta e as consequências da dependência extrativista

Um dos municípios atingidos indiretamente pelo rompimento da Barragem do Fundão foi o de Anchieta, no Espírito Santo. O artigo *Neoextrativismo e desastre da Samarco: construção histórica da vulnerabilidade minério-dependente em Anchieta (ES, Brasil)* de autoria de Ricardo Tschaen, Fabrício Cardoso de Mello e Teresa Cristina da Silva Rosa, debate as vulnerabilidades de uma economia local extremamente especializada e dependente de empreendimentos extrativos. Anchieta, município localizado no litoral sul do Espírito Santo, é sede de um complexo que comporta quatro unidades de pelotização de minério de ferro, da mineradora Samarco, além de um terminal portuário para a exportação desse minério beneficiado. Após o desastre em Mariana, a Samarco teve todas as suas atividades paralisadas, o que incluiu o complexo em Anchieta.

O artigo de Tschaen, Mello e Rosa foi selecionado por expor consequências do desastre que estenderam para além das localidades imediatamente atingidas por rejeitos tóxicos:

Levando em consideração que a maior parte dos estudos sobre o desastre da Samarco têm se concentrado em casos localizados ao longo da bacia do Rio Doce, de Mariana até sua foz, no município de Linhares, no litoral norte do ES, o objetivo mais geral do presente artigo é analisar a forma como aquele fenômeno se estendeu até Anchieta a partir das transformações econômicas lá ocorridas após a paralisação da empresa. (Tschaen; Mello; Rosa, 2021, p. 2).

Os efeitos econômicos que o rompimento da barragem em Mariana tiveram sobre Anchieta são um exemplo claro de como os efeitos do extrativismo derramam para além de suas localidades imediatas, além de expressarem a fragilidade de uma economia integralmente

dependente de sua ligação com um mercado externo. Analisar o caso em questão depois dos debates deste capítulo e do anterior tem o intuito de explicitar a relação entre os empreendimentos extrativos particulares e o neoextrativismo enquanto um projeto de desenvolvimento nacional.

Os autores, citando estudo de Sônia Mattos, apontam a década de 1970, com o início das atividades da Samarco, como um ponto de inflexão para o município de Anchieta:

Segundo Mattos (2014, p. 111), o quadro geral do desenvolvimento do município a partir dos anos 1970, principalmente com o início das operações da Samarco, é o de uma brusca transição socioeconômica na esteira da qual se disseminaram desigualdades de várias naturezas, concentração de renda, segregação territorial, crescimento da violência e degradação de patrimônio histórico-cultural e natural. (*Ibid*, p. 6 *apud* Mattos, 2014. p.111).

É importante salientar que a partir deste período, toda a vida econômica e social de Anchieta passa a se organizar de maneira associada às atividades da empresa. Os autores apontam como o impacto negativo da paralisação das atividades da Samarco sobre a saúde econômica de Anchieta e diversos outros municípios em MG e no ES foi utilizado pela própria empresa como forma de posicionar o retorno de suas atividades como de interesse geral. A própria Samarco, em documento de 2016 citado no artigo, aponta seu impacto sobre empregos e tributos:

Já em Anchieta, a Samarco possui quatro usinas de pelotização, que transformam o minério de ferro, transportado de Mariana por minerodutos, nas chamadas pelotas, formação que permite o embarque do produto no terminal de Ubu. A receita do município depende dessa logística. O movimento no porto é o que possibilita, além de empregos, metade de toda a arrecadação, seja por Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISS). (Samarco, 2016, p. 65).

O artigo trabalha simultaneamente com dados tributários e macroeconômicos locais e depoimentos colhidos em trabalho de campo feito entre os anos de 2018 e 2019. Entrevistas com o ex-presidente da associação de pescadores de Anchieta, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), além de moradores, pescadores e lojistas locais apontaram que:

Desde o olhar do setor pesqueiro, e de boa parte do comércio e do setor de serviços, o desastre da Samarco afetou negativamente a economia local, uma vez que se vendia muito para os funcionários da empresa e das terceirizadas. Haveria, assim, uma circularidade da economia local na qual o poder de compra dos funcionários da Samarco era de grande relevância, especialmente para o comércio. O desastre e a consequente paralisação da empresa teriam implicado na desestabilização dessa movimentação circular [...] (Tschaen; Mello; Rosa, 2021, p. 8).

Dentre os dados apontados pelos autores, é especialmente expressivo o impacto sobre a arrecadação tributária, pois indica que o próprio funcionamento do aparato municipal estatal passa a depender da atividade da Samarco:

Conforme os dados oficiais da SEFAZ-ES [Secretaria da Fazenda do Espírito Santo], referentes ao ano de 2015 e primeiros meses de 2016, a arrecadação do ICMS de Anchieta sofreu significativa queda. Nos dois primeiros meses que antecederam o desastre da Samarco, o ICMS arrecadado foi, respectivamente, de R\$ 7.419.247,10 e R\$ 9.411.949,41 ao passo que, no mês do desastre (novembro de 2015), o ICMS apresentou uma queda de quase R\$ 3,5 milhões de reais, arrecadando-se a quantia de R\$5.892.121,78. Situação semelhante se observa na arrecadação do ISSQN, cuja arrecadação de 2016 foi de apenas R\$ 16.342.793,26, ao passo que em 2015 foi de R\$ 29.822.867,80, e de R\$ 48.865.716,85 em 2014. (*Ibid.*, p. 9).

O impacto sobre o emprego não foi menor. O artigo ainda cita (p.10) que com a paralisação das atividades da Samarco 51% dos empregos formais em Anchieta passaram a estar em risco.

A situação descrita no artigo é de uma completa vulnerabilidade. Todos os aspectos da vida econômica do município e, por consequência, a própria reprodução da comunidade giram em torno de um único agente econômico: a Samarco. Este agente, por sua vez, opera a partir de centros de decisão distantes de Anchieta e do Brasil: é expressivo que o minério de ferro pelletizado em Anchieta sequer deixava o município antes de ser escoado para o mercado externo. Segundo Tschaen, Mello e Rosa (*Ibid.*, p. 12-13), essa heteronomização das relações econômicas e sociais locais a partir da Samarco foi decisiva para a consolidação da situação de vulnerabilidade em Anchieta. Afirmam, também, que a aceleração do desenvolvimento econômico local ocorreu com baixa integração interna, contradição tensionada ao limite com o desastre em Mariana. A própria escala da Samarco e sua ligação a cadeias globais de valor contribuem para que os efeitos do desastre em Mariana derramem para além de uma escala local ou regional. Nas palavras dos autores:

Ao se levar em consideração que as corporações neoextrativistas amiúde se estruturam em redes de produção transnacionais e multiescalares, sendo inclusive esse o caso da Samarco, não é de se espantar que o raio de impacto de desastres a elas relacionados exceda limites locais, ou que se difunda por outros vetores dinâmicos não primariamente ambientais (no caso, o curso d'água do Rio Doce). Ou seja, o rio não foi o único elemento de dispersão daquele desastre. [...] Fenômenos como esse, portanto, não necessitam de contiguidade espacial para se difundirem, pois podem ser transportados ao longo das linhas de tramas predominantemente econômicas, políticas, culturais e/ou sociais entretecidas pela ação humana. (*Ibid.*, p.13).

Apesar de não trabalharem com o conceito de efeitos derrame de Gudynas, é evidente que os autores descrevem um fenômeno equivalente. O rompimento da barragem em Mariana

teve repercussões ambientais, econômicas, políticas, sociais e culturais por todo o Brasil. Anchieta é um exemplo em que esses *efeitos derrame* são muito aparentes, devido à sua ligação direta à Samarco. Toda a cadeia produtiva da mineração de ferro: desde a extração e o transporte do minério, até a pelletização e exportação, gera mazelas sociais, desastres tecnológicos e a destruição de biomas e comunidades. O valor extraído é em grande parte apropriado além das fronteiras nacionais e o que permanece dentro do Brasil se concentra violentamente.

3.2.4 Ilustrando a violência e a devastação

A aproximação do tema do neoextrativismo através de dados secundários e revisão bibliográfica, apesar de um esforço necessário, pode criar um distanciamento entre o leitor e o tema estudado. Cada artigo referenciado nestas páginas é também uma denúncia. E, este trabalho seria um fracasso se não destacasse a violência que o neoextrativismo carrega consigo. As comunidades, famílias e indivíduos afetados não podem ser tratados simplesmente como dados estatísticos; a devastação de rios, florestas e biomas não pode ser quantificada. Neste sentido foram selecionadas imagens dos empreendimentos e do desastre discutidos acima. A exibição destas imagens (FIGURAS 1 e 2) tem o propósito de ancorar esta produção intelectual à realidade dos locais mencionados.

Figura 1 – Empilhadeira da mina S11D em Canaã dos Carajás



Fonte: S11D deve ter capacidade ampliada para 150 milhões de toneladas, 2019.

Figura 2 – Fronteira da mina com a floresta



Fonte: Oliveira, 2016.

As fotografias da mina S11D em Canaã dos Carajás ilustram a escala da mineração contemporânea e a proximidade entre o empreendimento e a floresta Amazônica. A Figura 1 permite compreender o tamanho de apenas uma empilhadeira, estrutura metálica amarela enorme quando comparada aos operários próximos a ela. Esta figura também contém um indício da localidade da mina: copas de árvores podem ser vistas ao horizonte, especialmente na porção superior direita da imagem. A Figura 2 revela a escala monstruosa da S11D; diversas estruturas metálicas como a mostrada na figura anterior podem ser vistas e o fim da mina não está no enquadramento, mesmo se tratando de uma imagem aérea tirada de considerável distância. A porção inferior direita da imagem revela que ela se encontra em território amazônico, a mina põe um fim abrupto à vegetação nativa. A perda de biodiversidade e o dano causado aos ciclos ecológicos da região são incalculáveis.

Figura 3 – Imagens de satélite da Barragem do Fundão e o município de Bento Rodrigues antes e depois do rompimento



Fonte: Danos causados pelo rompimento da barragem de Mariana preocupam o CBH Rio das Velhas, 2015.

Figura 4 – Imagem aérea de Bento Rodrigues após o desastre



Fonte: Catástrofe de Mariana completa 5 anos e senadores cobram punições e reparações, 2020.

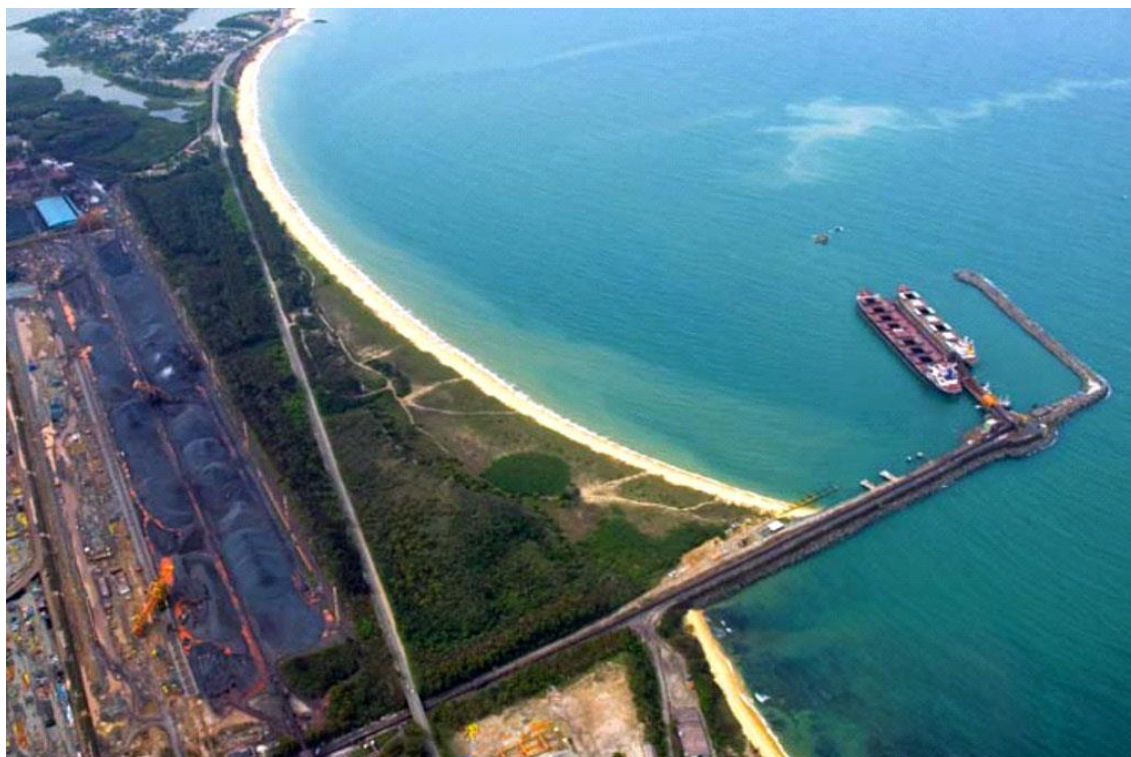
As imagens do desastre em Mariana são, definitivamente, as mais violentas. As duas fotografias que compõem a Figura 3 foram tiradas usando satélites, só assim foi possível que elas mostrassem a escala da destruição trazida pelo rompimento da barragem. Todo o distrito de Bento Rodrigues foi tomado pela lama. A Figura 4 foi tirada do topo de um morro e permite um olhar mais próximo ao desastre, apenas os tetos das construções, as copas das árvores e os topos dos morros podem ser vistos acima dos rejeitos. É importante lembrar que a lama liberada pela barragem era altamente tóxica, por se tratar de rejeito de uma atividade extrativa em que o uso de químicos pesados é intensivo. Além dos danos imediatos, devem ser considerados os danos que se acumularão ao longo do tempo devido à alta concentração de substâncias tóxicas, o solo de toda região atingida, por exemplo, foi contaminado e não é mais adequado para cultivo de alimentos, uma vez que os efeitos de tal contaminação ainda são majoritariamente desconhecidos. Vendo as imagens, torna-se fácil compreender a alta letalidade do desastre e porque os corpos de diversas vítimas nunca foram encontrados. Não há compensação financeira capaz de reparar os danos ambientais e humanitários causados por esse desastre. A contaminação do Rio Doce constitui um verdadeiro ecocídio e as famílias atingidas sofreram traumas irreparáveis.

Figura 5 – Usina de pelotização em Anchieta, ES



Fonte: SANCHOTENE, 2021.

Figura 6 – Imagem aérea mostra a usina, o terminal portuário e a cidade de Anchieta



Fonte: Samarco obtém autorização para operação integral do Terminal Ponta Ubú, 2022.

As Figuras 5 e 6 ilustram o saqueio neoextrativista, além de demonstrarem, como as outras, a escala dos empreendimentos em questão. A Figura 5 deixa claro o gigantismo da usina, um carro e um ônibus podem ser observados (com muita atenção) próximos ao canto inferior direito da imagem e parecem minúsculos próximos às unidades de pelotização. Ao fundo, é possível ver o destino de todo esse minério de ferro: um terminal portuário que o levará para o exterior. A Figura 6 dá conta de exibir simultaneamente a usina de pelotização, na porção inferior esquerda, o município de Anchieta no canto superior esquerdo, e o terminal portuário na porção intermediária direita da imagem. A imagem mostra a ligação umbilical entre o município de Anchieta o mercado externo, fato crucial na consolidação de sua dependência e vulnerabilidade.

3.3 Exposição do levantamento de estudos de caso

Como mencionado anteriormente, foi feito um levantamento bibliográfico de 20 artigos contendo estudos de caso de empreendimentos neoextrativistas, incluindo os três artigos selecionados para análise. A tabela (TABELA 1) a seguir foi elaborada a partir desse levantamento bibliográfico e pode servir como guia para interessados em iniciar o estudo acerca

do neoextrativismo. É importante ressaltar, em primeiro lugar, a variedade de empreendimentos diferentes – incluindo atividades agrícolas, pecuária e a instalação de projetos de infraestrutura – para que nunca se perca de vista o fato de que o neoextrativismo não se limita a mineração ou extração de hidrocarbonetos. Em seguida, chama a atenção a presença de empresas estatais, privadas, nacionais e transnacionais. Isso indica que o neoextrativismo, enquanto paradigma de desenvolvimento, pode operar a partir das mais diversas formas de propriedade desde que se mantenha inquestionada a lógica de apropriação predatória da Natureza. Também chama atenção o fato de que, mesmo tendo sido levantado um número relativamente pequeno de casos, este levantamento contém casos percorrendo toda a extensão do Brasil, ocupando diversas macrorregiões e biomas.

Tabela 1 – Levantamento de estudos de caso

Título	Empreendimento estudado	Empresa Responsável	Localidade	Autoria
Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios	Fruticultura	Diversas	Chapada do Apodi, CE	Ada C. P. Aguiar; Raquel M. Rigotto
Espoliação e resistência em territórios tradicionalmente ocupados nas bacias do Tapajós e Trombetas, Pará	Mineração	Diversas	Bacias dos rios Tapajós e Trombetas, PA	Bruna C. da Rocha et al
Conflitos minerários no litoral Sul da Paraíba	Mineração de Calcário	Diversas com destaque à Votorantim	Litoral Sul da Paraíba	Camila B. Garbeline
A indústria da carne em Rondônia como paradigma neoextrativista de desenvolvimento	Pecuária	Diversas com destaque à JBS	Rondônia	Charles C. de Lima; Luciano F. Florit
Ecocídio nos cerrados	Agronegócio	Diversas	Oeste da Bahia	Daniela da S. Egger et al
Desenvolvimento, mineração e comunidades atingidas	Instalação de mineroduto	Anglo American	Chapada do Apodi, CE	Denise de C. Pereira; Emilene K. M. dos Santos;

				Patrícia G. T. Guerra
Território corpo-terra	Cultivo de soja	Diversas	Bioma Pama	Eduarda G. Ferreira; Márcio Z. Neske; Maurício B. C. Acosta
Fronteiras, mineração, conflitos e pressões em Terras Indígenas no Cerrado Brasileiro	Mineração	Diversas	Bioma Cerrado	Everaldo R. M. Júnior; Izaías de S. Silva; Lorrane G. da Silva
Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil	Garimpo de ouro	N/A	Região do Médio Tapajós	Marcelo F. de S. Porto; Diogo Rocha
Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia	Instalação de usina hidrelétrica	Eletrobrás e Eletronorte	Machadinho d'Oeste, RO	Neiva Araujo; Luis Fernando N. Garzon
Resistência social na Caatinga árida	Extração de madeira	Diversas	Bioma Caatinga	Otacílio A. Santana
Raquel Maria. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará – Brasil	Mineração de fosfato e urânio	Indústrias Nucleares do Brasil e Galvani Fertilizantes	Ceará	Raquel M. Rigotto
Análise da atividade neoextrativista da mineração de ouro no estado do Amapá (2000-2020)	Mineração de ouro	Diversas	Amapá	Rhuan M. Sartore; Miguel P. P. Dhenin
Neoextrativismo e desastre da Samarco	Usina de pelotização de minério de ferro	Samarco	Anchieta, ES	Ricardo Tschaen; Fabrício C. de Mello; Teresa Cristina da S. Rosa

Dependência e expropriação estatal de terras no contexto neodesenvolvimentista/neoextrativista	Instalação de complexo industrial-portuário	Anglo American	São João da Barra, RJ	Rosângela Benevides-Guimarães; Marcos Pedlowski; Denise Terra
Expressões do (neo)extrativismo	Mineração	Diversas	Adrianópolis, PR	Rosilene Komarcheski
O projeto Fosfato Três Estradas no esteio dos conflitos ambientais no Pampa gaúcho	Mineração de fosfato	Águia Fertilizantes	Lavras do Sul	Sérgio B. Barcellos; Camila D. Prates; Júlio P. Alt
O sentido do neoextrativismo	Mineração de ferro	Vale	Canaã dos Carajás, PA	Simone Contente
Conflitos socioterritoriais na apropriação da Baía de Guanabara pela indústria petroquímica e a construção de 'despojos' pelo COMPERJ	Instalação de complexo petroquímico	Petrobrás	Baía de Guanabara, RJ	Thiago Wentzel; Jacob Binsztok

4. CAPÍTULO III: É URGENTE CONSTRUIR ALTERNATIVAS

Durante milênios, a segurança das sociedades em face da escassez, das intempéries e de outras adversidades dependeu fundamentalmente da capacidade de acumular excedente pelo incremento contínuo de ocupação do solo, tecnologia, produtividade do trabalho, bens de produção e de consumo. A situação histórica atual tornou-se subitamente não apenas diversa mas inversa em relação a esse longo passado. Pois as crises ambientais de nossos dias, desencadeadas justamente pelo êxito das sociedades industriais em multiplicar incessantemente o excedente, não apenas impõem novas formas de escassez, mas sobretudo geram ameaças mais sistêmicas à nossa segurança. (Luiz Marques, 2018, p. 28).

4.1 É preciso questionar o desenvolvimento

O debate acerca do extrativismo e do neoextrativismo enquanto traços estruturais do sistema-mundo capitalista se estende para além da crítica do modo de produção atual, discutida nos capítulos anteriores. Pesquisadores e militantes vêm desenvolvendo e amadurecendo, também, um debate acerca de possíveis alternativas à interminável busca por desenvolvimento material. No cerne da questão ampliada do paradigma neoextrativista se encontra a própria concepção de desenvolvimento. Como colocado por Alberto Acosta:

Desde meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito provável que continue assim. (Acosta, 2016, p.43).

Acosta (*Ibid.*, p. 44) e a socióloga alemã Miriam Lang (2016, p. 25) apontam para o discurso de posse do segundo mandato do presidente Harry Truman, em janeiro de 1949, como o momento em que se institucionalizou globalmente a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Neste discurso, o 33º presidente dos Estados Unidos da América se utiliza

de terminologia previamente utilizada para descrever processos naturais, para dividir o mundo em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Desde então, o desenvolvimento tornou-se inquestionável. Tudo aquilo que é feito em seu nome deve necessariamente ser bom. Os países e áreas subdesenvolvidos deveriam, portanto, trilhar o caminho percorrido pelas nações já desenvolvidas e adotar o “modelo” civilizacional estadunidense, herdeiro histórico de diversos valores europeus. Este desenvolvimento oferecido pelo norte global é, na verdade, a busca por acúmulo de bens materiais. A busca por desenvolver os países do sul global não passou (e não passa) da ampliação da mercantilização de todas as esferas da vida e uma nova etapa de uma velha relação colonial, que garante a transferência de riqueza das periferias ao centro do capitalismo global. Décadas após o discurso de Truman, as desigualdades econômicas sociais e políticas se agravaram não somente internacionalmente mas também no interior das nações ditas “desenvolvidas” e o planeta Terra se encontra frente a um colapso de seus ciclos naturais.

A construção de alternativas ao capitalismo e ao desenvolvimento é, portanto, necessária para a sobrevivência de incontáveis espécies vegetais e animais no planeta, inclusive a humana. A incompatibilidade entre o progresso material infinito (necessário à manutenção do capitalismo) e a finitude do planeta Terra gerou uma contradição incontornável: a reprodução do modo de produção capitalista causa a destruição do meio onde ele deve se reproduzir. O colapso ambiental em curso é parte de uma crise generalizada. O político e ativista ambiental boliviano Pablo Solón adverte, na introdução do livro *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*:

O que a humanidade enfrenta não é só uma crise ambiental, econômica, social, geopolítica, institucional e civilizatória. Essas crises são parte de um todo. É impossível resolver qualquer uma delas sem abordar conjuntamente todas as outras. Elas se retroalimentam. As estratégias unidimensionais não conseguirão resolver essa crise sistêmica. Pelo contrário, podem agravá-la. (Solón, 2019a, p. 13).

O neoextrativismo e seus efeitos malignos sobre a vida na América Latina não são um problema que pode ser superado sem a paralela superação de diversos paradigmas civilizacionais ocidentais que foram forçados à quase toda a humanidade. O debate introduzido nos capítulos anteriores deve servir, também, como um convite a ousar imaginar, debater e construir alternativas *sistêmicas*, que não dependam da exploração e degradação dos seres humanos e não humanos no Brasil e em toda a América Latina.

Ainda no mesmo texto, Solón expressa que a superação do capitalismo, apesar de necessária e essencial, tampouco é solução em si mesma. Se forem deixados de lado outros fatores que contribuíram para a configuração do colapso:

No entanto, o capitalismo não é o único elemento que levou a essa crise sistêmica. O produtivismo e o extrativismo que a ele deram origem – e que sobreviveram inclusive em economias que queriam superar o capitalismo – são dois fatores-chave. A ideia de uma sociedade florescente, baseada em um contínuo crescimento econômico, levou a romper com o equilíbrio climático alcançado pela Terra há onze mil anos.

A isso temos de somar as estruturas e a cultura patriarcal, que sobrevive há séculos e que alimenta diferentes formas de concentração e exercício do poder em benefício de elites privadas, tanto no espaço público como no privado. O capitalismo não criou o patriarcado, mas o acentuou de uma forma particular ao invisibilizar o trabalho reprodutivo e de cuidado que as mulheres e outros grupos humanos desenvolvem em espaços não mercantilizados.

Por último, a visão antropocêntrica dominante considera o ser humano como superior, separado da natureza e acima dela. Assim como o patriarcado considera a mulher um objeto, o antropocentrismo considera que a natureza pode ser explorada e transformada em benefício humano. (*Ibid.*, p.15).

Quando se fala em construir alternativas civilizacionais ou sistêmicas, isso significa que as sociedades humanas devem reavaliar e transformar suas estruturas de organização política e social, seus modos de produção, assim como a forma de se relacionarem entre si e com o planeta.

Este capítulo, o último do trabalho, é dedicado a introduzir debates teóricos e experiências concretas de construção de alternativas aos paradigmas que há séculos vêm empurrando a humanidade em direção a um abismo. Os textos selecionados para revisão abordam majoritariamente conceitos e práticas latino-americanos. É necessário ressaltar, ainda mais uma vez, que cada tema aqui abordado poderia render, por si só, inúmeros trabalhos como este. O conteúdo deste capítulo deve ser visto como mera introdução aos temas do Bem Viver e dos direitos da Mãe Terra. Os conceitos debatidos devem, também ser compreendidos de maneira complementar, uma vez que são fruto de um único processo de resistências ao extrativismo e construção de alternativas civilizacionais, jurídicas, políticas e econômicas.

4.2 O Bem-viver

Entre as experiências concretas e possibilidades teóricas de construção de alternativas sistêmicas na América Latina, o Bem Viver se destaca por se opor não somente ao modo de produção e as formas organizativas ocidentais, mas também à própria cosmovisão

antropocêntrica proveniente da Europa. Esta proposta de transformação radical a nível civilizacional

[...] apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Não se trata simplesmente de um receituário materializado em alguns artigos constitucionais, como no caso do Equador e da Bolívia. Tampouco é a simples soma de algumas práticas isoladas e, menos ainda, de alguns bons desejos de quem trata de interpretar o Bem Viver à sua maneira. O Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a “desenvolvimentos alternativos”, quando é cada vez mais necessário criar “alternativas de desenvolvimento”. É disso que se trata o Bem Viver. (Acosta, 2016, p. 69-70)

Destaca-se, na citação acima, que a construção do Bem Viver se dá historicamente, através da resistência ao colonialismo e aos modos de vida por ele impostos. É impossível, portanto, reduzir o Bem Viver (ou quaisquer fenômenos sociais, políticos ou econômicos) a um conceito expresso através de um verbete ou definição formal.

O próprio termo *Bem Viver* deve ter seu uso esclarecido. Por se tratar de uma proposta civilizatória plural e em constante construção, não há uma única forma de se referir ao Bem Viver. O termo deriva dos termos *sumak kawsay*, em kichwa, *suma qamaña*, em aymara e *nhandereko*, em guarani, termos que fazem referência às tradições, cosmovisões, e práticas de seus respectivos povos. Os termos kichwa e aymara foram traduzidos para o espanhol no Equador e na Bolívia, respectivamente e adicionado às suas constituições. O *Buen Vivir*, no Equador ou o *Vivir Bien*, na Bolívia, chega ao Brasil com o nome de Bem Viver. Na língua kichwa, *sumak* é a realização, aquilo que é belo e bom; *kawsay* é a vida em equilíbrio e harmonia com o mundo e os humanos. Em aymara, o *suma* representa a plenitude e o sublime enquanto o *qamaña* expressa a vida, o conviver e o viver (*Ibid.*, p.77). Segundo Pablo Solón (2019a, p. 20-21) os termos em língua espanhola ou em português são traduções incompletas e insuficientes “do *suma qamaña* e do *sumak kawsay*, que têm um conjunto mais complexo de significados como ‘vida plena’, ‘vida doce’, ‘vida harmoniosa’, ‘vida sublime’, ‘vida inclusiva’ e ‘saber viver’.

O livro “*O Bem Viver*” conta também com uma nota muito esclarecedora, escrita pelo jornalista e tradutor Tadeu Breda. Nela, é discutido o termo utilizado no Brasil e sua capacidade de expressar os significados originais:

‘Bom Viver’ é a tradução que mais respeita o termo utilizado pelo autor [Alberto Acosta] (*Buen Vivir*) e também o termo em kichwa (*sumak kawsay*), língua da qual nasceu o conceito em sua versão equatoriana. De acordo com o *Shimiyukkamu Dicionário Kichwa-Español*, publicado pela Casa de Cultura de Ecuador em 2007, *sumak* se traduz como *hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente*; *kawsay* como *vida*. Ou seja, *buen* e *sumak* são originalmente adjetivos, assim como “bom” – seu melhor sinônimo em português, no caso. *Vivir* e *sumak*, por sua vez, são sujeitos. Contudo, em atenção ao termo utilizado há alguns anos por movimentos sociais brasileiros, decidimos traduzir o título do livro como *O Bem Viver*, considerando “bem” como advérbio e “viver” como verbo. Como tal escolha – que é política, não linguística – traria alguns prejuízos à tradução e ao sentido da expressão equatoriana (*Buen Vivir*), desrespeitando inclusive os significados do conceito indígena em que se inspira, preferimos manter os termos em espanhol quando o autor se refere especificamente ao Bem Viver no Equador. Fizemos o mesmo quando há citações à expressão boliviana, *Vivir Bien*. Obviamente, também preservamos as palavras em kichwa, aymara, guarani e outros idiomas tradicionais. (Breda, 2016, p. 10-11)

Os diversos termos utilizados para expressar a construção do Bem Viver deixam explícita a pluralidade contida no conceito e o fato de ele sempre estar necessariamente atrelado a um conjunto de ideias, tradições e – fundamentalmente – práticas.

Antes de expor as práticas de construção do Bem Viver na América Latina, é necessário debater os princípios que orientam esta construção, presentes nas cosmovisões de povos originários andinos e amazônicos. Para Pablo Solón (2019b, p. 23), há cinco elementos centrais que guiam a construção do Bem Viver:

- 1) a compreensão de *Pacha* ou todo;
- 2) a multipolaridade;
- 3) a busca pelo equilíbrio;
- 4) a complementaridade na diversidade;
- 5) a luta anticolonial.

4.2.1 O todo, ou *Pacha*

Segundo as cosmovisões indígenas sul-americanas os indivíduos (humanos ou não) compõem uma totalidade conhecida como *Pacha*:

[...] Pacha é o “todo” em movimento constante, o cosmos em permanente evolução. Pacha não se refere apenas ao mundo dos humanos, dos animais e das plantas, mas ao mundo de cima (*hanaq pacha*), habitado pelo sol, pela lua e pelas estrelas, e o mundo de baixo (*ukhu pacha*), onde vivem os mortos e os espíritos. Para o Bem Viver, tudo está interconectado e forma uma unidade. (*Ibid*, p. 24).

As transformações do espaço e a passagem do tempo não são lineares, mas cíclicas, de acordo com a noção de *Pacha*. O progresso linear e o crescimento ilimitado são incompatíveis com a própria concepção de *Pacha*.

Na totalidade da *Pacha* não há distinção entre os seres vivos e os corpos inanimados, tampouco entre a humanidade e a Natureza, uma vez que a existência dos humanos e de toda a vida só é possível através da relação entre as partes e o todo. Não cabe às sociedades humanas, portanto, dominar a Natureza, mas existir em harmonia, como parte dela: “O Bem Viver supõe uma visão holística e integradora do ser humano imerso na grande comunidade da *Pacha Mama*” (Acosta, 2016, p. 83).

4.2.2 Multipolaridade, equilíbrio e complementaridade

No Bem Viver, sempre existem pares, ou dualidades que se complementam através do contraditório. O Bem Viver não é um estado de “ser” mas sim a constante tentativa de “se inter-relacionar”, conviver com as dualidades ou multipolaridades:

[...] O bem puro não existe. O bem e o mal sempre convivem. Tudo é e não é. O indivíduo e a comunidade são polos de uma mesma unidade, e uma pessoa só existe enquanto atua pelo bem comum da comunidade a que pertence. Sem comunidade não há indivíduo, e sem seres singulares não há comunidade. Uma pessoa não é uma pessoa sem seu par, logo, a eleição de autoridades se dá em duplas. Essa bipolaridade ou multipolaridade dos pares está presente no todo, enquanto a polaridade indivíduo-comunidade está imersa na polaridade humanidade-natureza. Do mesmo modo, a comunidade está formada não só de humanos, mas de não humanos. (Solón, 2019b, p. 27).

As partes do todo, de acordo com as tradições andinas e amazônicas, devem cooperar e buscar viver em equilíbrio. Em oposição à cosmovisão liberal e ocidental que fomenta a competição entre os indivíduos.

O objetivo do Bem Viver é, então, a constante busca do equilíbrio entre as partes da *Pacha*. Não se trata de uma versão humanizante e democrática do desenvolvimento, uma vez que sempre caminha rumo ao equilíbrio e não ao crescimento permanente. Este equilíbrio não pode ser compreendido de maneira estática ou como um sinônimo para “estabilidade”, uma vez que a mudança e o movimento são partes centrais da noção de *Pacha*. “O Bem Viver não quer

alcançar um paraíso, mas buscar o bem-estar e o equilíbrio ativo e transformador do todo” (*Ibid.*, p. 29). Este equilíbrio pressupõe não apenas o convívio mas a complementaridade entre os polos opostos que compõem o todo.

Se para a busca do desenvolvimento a competição é necessária, uma vez que obriga os diferentes competidores a se especializarem e aumentarem sua eficiência, para a construção do Bem Viver a competição é negativa pois gera desequilíbrio. A complementariedade e o convívio entre os opostos não geram sua negação, mas, pelo contrário, forjam possibilidades para o todo. Esta visão de respeito à diversidade e pluralidade implica que o Bem Viver não propõe a universalização das tradições e modos de vida andinos e amazônicos, mas a construção de formas de Bem Viver nas sabedorias e práticas de quaisquer povos que possuam sua própria identidade. Acosta sintetiza esta noção brilhantemente:

Se o desenvolvimento trata de ‘ocidentalizar’ a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o ‘outro’. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência. (Acosta, 2016, p. 82).

A citação acima explicita, também, que a construção deste equilíbrio dinâmico, através da complementaridade entre formas de vida diversas, leva necessariamente à luta contra a ocidentalização colonial que vem homogeneizando as sociedades do Sul global.

4.2.3 Descolonização e luta anticolonial

Como já pontuado em outras ocasiões neste trabalho, a conquista da independência política na América Latina não significou o fim das estruturas de dominação e poder erguidas por séculos de colonização. Apesar de os países latino-americanos terem formalmente conquistado sua independência política, eles seguem economicamente dependentes e culturalmente submissos. Construir o Bem Viver significa combater simultaneamente o colonialismo e a colonialidade. Araújo esclarece a relação entre os termos:

Se o colonialismo se refere ao plano físico das práticas e dos processos sociais concretos, econômicos, políticos e militares de apropriação de riquezas e recursos, de exploração, dominação e hierarquização racial de populações e territórios, a colonialidade se expressa nas narrativas sociais que, sob diferentes registros (discursos acadêmico-científicos, ético-filosóficos, políticos, estatais e jurídicos,

jornalísticos e *mass*-midiáticos), operam na naturalização e na legitimação daqueles sob a forma das *visões oficiais*. (Aráoz, 2020, p.50).

A tarefa de construção do Bem Viver exige a desconstrução destas narrativas sociais que limitam o imaginário dos povos latino-americanos, impossibilitando-os de produzir alternativas ao labirinto do capitalismo, do extrativismo e do desenvolvimento. É necessário recuperar as histórias e práticas dos povos que existem neste território há séculos sem destruir a capacidade da Natureza de se reproduzir através de seus ciclos.

Pablo Solón adverte que este processo não significa retornar a um passado pré-colonial, ou negar por completo os avanços da técnica e da tecnologia, isso seria impossível. Pelo contrário, a recuperação e valorização dos conhecimentos de povos originários latino-americanos tem o objetivo de “dotar o passado de conteúdo presente” e “fazer da memória um sujeito histórico” (Solón, 2019b, p. 32).

4.2.4 O Bem Viver e práticas econômicas alternativas

Para finalizar esta breve introdução ao Bem Viver, serão expostas práticas econômicas de povos indígenas andinos e amazônicos. O debate acerca destas práticas e relações econômicas não capitalistas não busca sugerir que elas sejam adotadas e aplicadas ao contexto atual de maneira mecânica, mas combater a noção de que os povos indígenas eram “selvagens”, que possuíam formas de organização “primitivas”. Além disso, aprender com as práticas econômicas indígenas abre novas possibilidades para a construção de um modo de produção que exista a serviço de toda a humanidade e em equilíbrio com a Natureza. Alberto Acosta apresenta uma pequena lista contendo formas de relação econômicas centradas não no capital e no acúmulo material, mas nos laços estabelecidos entre os seres humanos que dela participam:

- *Mika* ou *minga*: é uma instituição de ajuda recíproca no âmbito comunitário. Assegura o trabalho destinado ao bem comum da população. Realiza-se para satisfazer as necessidades e os interesses coletivos da comunidade. Por exemplo, na execução de obras como a construção e manutenção de caminhos de regadio. Portanto, é um mecanismo de trabalho coletivo que permite superar e enfrentar o esquecimento e a exclusão dessas populações pelo sistema colonial e republicano. Ademais, esta instituição ajuda as comunidades a potencializar sua produção, estimular o trabalho e fomentar a poupança. A *minga* é também um potente ritual cultural e cerimonial de convocação e coesão das comunidades, assim como um espaço de intercâmbio de normas socioculturais.
- *Ranti-ranti*: diferentemente das trocas pontuais e únicas que se dão em algumas economias mestiças, o intercâmbio forma parte de uma cadeia que desata uma série interminável de transferências de valores, produtos e jornadas de trabalho. Sustenta-se no princípio de dar e receber sem determinar um período de tempo, ação e espaço, relacionado com certos valores da comunidade que dizem respeito

à ética, à cultura e à história. Este princípio está presente em todas as ações que abordaremos a seguir. Por exemplo, aqui cabe a mudança de mãos no trabalho agrícola, ou seja, a força de trabalho que se oferece a outra pessoa para receber, depois de um determinado tempo, aquela mesma força de trabalho. Trata-se de realizar uma atividade de forma solidária.

- *Makimañachina*: é um acordo entre indivíduos para realizar um trabalho particular de qualquer índole, em que não intervém qualquer remuneração salarial. A única condição é que quem recebeu uma ajuda devolva essa ajuda em outra oportunidade. Equivale a uma ajuda que a família ou os amigos oferecem a quem requer para a continuação dessas atividades.
- *Makipurarina*: significa conjugar as mãos para fazer um trabalho que beneficie a vários, unindo-se entre os mesmos e iguais. Por meio deste compromisso, pode-se ajudar em qualquer trabalho que não envolva necessariamente toda a comunidade, como no caso da *minka*, e avançar em atividades iniciadas previamente por familiares, compadres, vizinhos ou amigos de outras zonas. Serve para juntar esforços e consolidar laços comunitários.
- *Uyanza*: é uma instituição de ajuda social e reconhecimento às famílias que emprestaram sua força de trabalho. Quem recebe essa força de trabalho tem a obrigação moral de agradecer esta ajuda por meio de uma doação, seja uma porção da colheita, seja algum outro presente.
- *Chukchina*, *chalana* ou *challina*: trata-se de recolher os excedentes da colheita. É um direito de todas as pessoas que fizeram parte do processo produtivo, brindando sua forma de trabalho na *makimañachina*. Também os órfãos, viúvos e outros que não possuem o produto podem ter acesso à *chukchina*. A eles se destina, ademais, uma pequena porção dos produtos agrícolas em solidariedade à situação limitada que atravessam no momento. Assim, não se desperdiça nada. Esta opção, no entanto, também reflete a iniquidade em que vivem as comunidades. Além disso, a *chukchina* é possível quando existem grandes extensões de terras e cultivos. A maioria das comunidades agora vive em minifúndios, onde esta ação não é possível.
- *Uniguilla*: é uma atividade destinada ao intercâmbio para complementar a alimentação, permitindo melhorar a dieta com produtos de outras zonas. As pessoas que vivem em zonas distantes trocam alimentos. Essa atividade parte do conhecimento do calendário agrícola. Trata-se de um processo de intercâmbio, complementação e abastecimento das despensas para temporadas nas quais não existe colheita ou a produção seja deficiente.
- *Waki*: outorga de terras cultiváveis a outra comunidade ou família que trabalha no terreno. Envolve a distribuição dos produtos cultivados entre ambas comunidades ou famílias. Essa atividade também se dá no cuidado e criação de animais.
- *Makikuna*: é um apoio que envolve toda comunidade, família ampliada, amigos, vizinhos. É uma espécie de apoio moral no momento que mais requer uma família. Esta ajuda pode ser solicitada nestas circunstâncias e obedece, sobretudo, a situações imprevistas e emergências. (Acosta, 2016, p. 186-189).

Estas práticas constituem formas de relacionamento econômico solidárias e centradas no respeito e cooperação entre as comunidades e das comunidades humanas com a Natureza. São práticas diametralmente opostas às relações econômicas capitalistas, baseadas na exploração e depredação da Natureza e da maioria da humanidade por grupos dominantes.

Apesar de a maioria das formas de trabalho listadas virem de contextos rurais, é necessário apontar que o Bem Viver deve, também, contemplar as populações urbanas. O pesquisador e educador boliviano Mario Rodriguez Ibañez, em seu artigo *Ressignificando a*

cidade colonial extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos, cita o *pasanaku* como prática urbana de construção do Bem Viver. Segundo o autor, o *pasanaku* é

[...] um mecanismo que incentiva a poupança coletiva, com contribuições iguais de toda a rede de reciprocidade. O *pasanaku* permite que, mensalmente, uma pessoa por vez se beneficie do total arrecadado. Isso ajuda a gerar um “capital” de investimento ou a cobrir um gasto alto, sem ter de recorrer a empréstimos nos bancos. O *pasanaku* é amplamente difundido em setores “populares” e, embora não produza outra economia, estabelece formas de convivência um tanto diferentes nas relações econômicas. (Ibañez, 2016, p. 328-329).

O *pasanaku*, prática comum entre os indígenas aymara que vivem na cidade de La Paz, na Bolívia, é uma forma de subverter as instituições e a lógica econômica do capitalismo. Esta prática, assim como as outras citadas, demonstram as possibilidades de construção de alternativas ao desenvolvimento que antecedem a sua superação. É evidente que o capitalismo deve ser superado para que o Bem Viver se concretize, isso não significa, entretanto, que não seja essencial trabalhar na materialização das alternativas enquanto a superação do capitalismo não for possível.

Em suma, o Bem Viver é uma proposta radical, de âmbito civilizacional que busca superar o capitalismo, o extrativismo e o desenvolvimento enquanto paradigma social. Uma sociedade voltada à construção do Bem Viver prioriza a cooperação em detrimento da competição, se entende como parte da totalidade do mundo natural e valoriza verdadeiramente a multiplicidade cultural e a diversidade de seres singulares, uma vez que não parte de uma concepção cindida de indivíduos e o coletivo. Não existe um receituário de práticas específicas para a concretização desta sociedade. Enquanto conceito, o Bem Viver tem seus significados inteiramente atrelados às práticas de resistência e construção de alternativas que se dão no desenrolar das disputas políticas concretas, sem nunca esquecer que o Bem Viver deve ser construído, não imaginado ou simplesmente estudado.

4.3 Os Direitos da Natureza ou da Mãe Terra

A visão falaciosa de que a humanidade se encontra separada e acima do restante das formas de vida na Terra é um fator decisivo para a manutenção de um modo de produção inteiramente dependente na exploração predatória e na destruição da Natureza. Esta compreensão da totalidade da vida na Terra que coloca os humanos no centro e acima dos demais seres vivos, hoje dominante no mundo, é chamada de *antropocêntrica*. O antropocentrismo trata humanidade e Natureza como entidades separadas e estabelece uma

relação dicotômica na qual esta serve apenas para satisfazer as necessidades materiais daquela. A obra “Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental”, do brasileiro professor de direito ambiental Daniel Braga Lourenço, problematiza esta classificação dicotômica do meio ambiente, segundo a qual existiria

[...] um ambiente natural composto pelos animais, pela flora, as águas, o solo, o subsolo e a atmosfera, e um ambiente artificial, produto da ação humana, como os centros urbanos, as aglomerações humanas, os edifícios, os monumentos, as obras de arte etc.

Essa classificação do meio ambiente, por muitos compartilhada, tem como alicerce teórico o tradicional dualismo entre homem e natureza. Essas dicotomias ou cosmovisões binárias se prestam a demarcar identidades por oposição. Por vezes também são ventilados na forma dicotômica: razão-emoção, natureza-cultura, civilização-barbárie, mente-corpo, sujeito-objeto, interno-externo, homem-mulher, material-espiritual, homem-animal, entre outras. A distinção que fraciona o espaço do natural e do artificial suscita uma série de outras questões. A principal delas talvez seja a de que se parte de uma pressuposição de que o homem está descolado, apartado hierarquicamente da natureza, daí o porquê de sua intervenção produzir algo que supostamente não é natural, que não é dado, mas, ao contrário, processado, manufaturado, produzido e obtido por meio de técnica. De acordo com essa proposta, a natureza, portanto, traduziria uma ideia externa ou exterior ao homem, algo que é contingente, instrumental, que tem como finalidade última criar condições adequadas para a vida humana no planeta. Trata-se do assujeitamento da matéria para a produção da civilização. (Lourenço, 2019, p. 31-32)

A cosmovisão dominante na América Latina – proveniente de séculos de colonialismo e imperialismo europeu e norte-americano – não percebe estes opostos como complementares ou em interconexos, mas completamente separados. A discussão acerca dos direitos da Mãe Terra, ou da Natureza, é maior do que um debate meramente jurídico, mesmo que o reconhecimento jurídico dos direitos da Mãe Terra seja um marco relevante. Se trata de questionar o próprio “alicerce teórico” que leva a interpretações jurídicas que permitam a total instrumentalização e mercantilização de toda a vida não humana e do próprio planeta Terra.

A discussão dos direitos da Natureza é extensa e perpassa por dimensões antropológicas, filosóficas, jurídicas, ecológicas, sociais e políticas. Nesta exposição serão privilegiados os aspectos jurídico e político deste debate, levando a discussão para o âmbito dos êxitos e limitações das iniciativas tomadas no Equador no sentido de construir um marco jurídico que garantisse o respeito dos direitos da Natureza. Tal escolha foi tomada com o objetivo de evitar imprecisões ao tentar simplificar e sintetizar um debate de altíssima complexidade e nuance. Para uma visão mais ampla acerca do assunto o livro *Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais*, de Eduardo Gudynas, é uma introdução brilhante ao tema e o, anteriormente mencionado, *Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental* de

Daniel Braga Lourenço pode munir o leitor de um sólido alicerce ético-filosófico acerca da relação entre seres humanos e seu meio.

4.3.1 Direitos da Natureza ou da *Pacha Mama* no Equador

O Equador passou, nos anos de 2007 e 2008 por um processo de transformação política e elaboração de uma nova constituição nacional. Chamam atenção, nesse inovador texto constitucional, a presença do Bem Viver ou *Sumak Kawsay*, assim como o reconhecimento da Natureza, ou *Pacha Mama* como um sujeito de direitos. Dentre as figuras políticas que participaram deste processo, se destacam Alberto Acosta, presidente da Assembleia Constituinte e Rafael Corrêa, presidente do Equador.

A Assembleia Constituinte responsável por elaborar o texto da mais recente Constituição do Equador foi eleita por voto popular e instalada em 2007. Um texto constitucional foi aprovado em julho de 2008 e submetido à consulta popular em setembro do mesmo ano, quando foi referendado por 64% dos votantes (Gudynas, 2019, p. 92). O processo não se deu sem contradições e embates e foi marcado pela renúncia de Alberto Acosta devido a discordâncias com ações tomadas pelo presidente Rafael Corrêa. Sobre a Constituição do Equador e o processo de elaboração de seu texto Acosta pontua:

A Constituição equatoriana de 2008, ao reconhecer os Direitos da Natureza – ou seja, ao considerá-la como sujeito de direitos e conceder-lhe o direito a ser integralmente restaurada em caso –, estabeleceu um marco na Humanidade. Também foi transcendental a incorporação do termo *Pacha Mama* como sinônimo de Natureza e reconhecimento de plurinacionalidade e interculturalidade. (Acosta, 2016, p. 122).

Acosta também aponta para a importância do reconhecimento e do respeito a esses direitos para a preservação do planeta:

Para libertar a Natureza da condição de mero objeto de propriedade dos seres humanos, foi – e continua sendo – necessário um grande esforço político para reconhecê-la como sujeito de direitos. É preciso aceitar que todos os seres têm o mesmo valor ontológico – o que não significa que sejam idênticos. Isso articula a noção de “igualdade biocêntrica”, em que, segundo Eduardo Gudynas, todas as espécies têm a mesma importância e, portanto, merecem ser protegidas [...] (*Ibid.*, p. 123).

A inovadora e pioneira Constituição equatoriana argumenta que aquilo que é feito em prol da preservação da Natureza é feito, na verdade, em prol da autopreservação humana, uma

vez que o reconhecimento da Pacha Mama como o lugar onde “a vida se reproduz e ocorre”²⁴ (Equador, 2008, Art. 71) dissolve a separação jurídica entre as sociedades humanas e o seu meio.

A elaboração da Constituição equatoriana de 2008 esteve inserida em um processo maior de transformações políticas que contavam com ampla participação da sociedade civil. Dentre as iniciativas tomadas por grupos políticos e a sociedade civil, se destacou a Iniciativa Yasuní-ITT. Ainda em 2007 – antes de ter sido finalizado o texto constitucional que entraria em vigência no ano seguinte – o governo equatoriano, contando com ampla aprovação popular, propôs deixar no subsolo uma quantia considerável de petróleo que se encontrava no Parque Nacional Yasuní, importante reserva de floresta amazônica, nos campos de Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT). Esta proposta por parte da nação equatoriana, formalizada por Alberto Acosta enquanto ministro de Energia e Minas do primeiro governo de Rafael Corrêa, e seu desenrolar histórico abrem possibilidades de reflexão acerca dos desafios que certamente serão enfrentados pelas sociedades que, no futuro, buscarem forjar alternativas ao desenvolvimento extrativista.

A Iniciativa Yasuní-ITT, por mais que tenha sido oficialmente proposta por Alberto Acosta, surgiu em meio aos movimentos sociais equatorianos e foi amadurecendo frente a sociedade civil nacional e internacionalmente, até que foi cristalizada e apresentada formalmente:

A Iniciativa Yasuní-ITT foi se construindo pouco a pouco nos movimentos sociais muito tempo antes de que fosse adotada pelo presidente equatoriano, no começo de 2007. Esta ideia, apresentada por mim no final de dezembro de 2006 à equipe que venceria as eleições, não tem dono. É uma proposta de construção coletiva. Com certeza a ideia primigênia de suspender a atividade petrolífera surgiu na cabeça de quem sofria com a ação das companhias petrolíferas na Amazônia. (Acosta, 2016, p. 214).

A relevância de tal observação reside no fato de que a proposta de manter o petróleo intocado não foi imposta verticalmente desde quadros do governo federal equatoriano, mas foi consolidada em meio à movimentos sociais que resistiam aos efeitos malignos que a exploração petrolífera exercia sobre seus corpos e territórios. Eduardo Gudynas deixa explícito o caráter radical da iniciativa, tecendo analogia com a realidade brasileira do mesmo período:

[...] É importante entender as implicações da proposta por seu caráter inovador e radical; trasladada ao contexto ambiental e econômico de um país como o Brasil, era

²⁴ Tradução própria. No original: *La Naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente [...]*

como se o Ministério de Minas e Energia do governo Lula propusesse acabar com a exploração do pré-sal ou com o avanço da soja em áreas ecológicas-chave do Cerrado. A iniciativa equatoriana entendia inicialmente que os impactos sociais e ambientais da exploração petrolífera eram maiores do que os possíveis benefícios econômicos, e que essa ideia era um modo de salvaguardar os direitos da Natureza e dos povos não contatados. (Gudynas, 2019, p. 233).

O fato de a exploração de petróleo no território do Parque Nacional Yasuní ter sido avaliada para além da esfera econômica também marca uma guinada importante no sentido da preservação ambiental. As consequências extraeconômicas deste tipo de atividade não podem mais ser tratadas como de segunda importância.

A radicalidade deste tipo de iniciativa consistia justamente no fato de retirar os debates que cercavam a extração petrolífera de círculos meramente econômicos e complexificá-los, considerando seriamente o valor intrínseco – em oposição às discussões econômicas que só atribuem valor instrumental à Natureza – daquela região de floresta preservada. Não se tratava de monetizar a preservação ou condicioná-la à manutenção da lucratividade. O que motivaria a preservação, no caso desta iniciativa, não seriam seus benefícios para alguns indivíduos ou grupos, mas a missão de respeitar os direitos da Mãe Terra, da qual todos os seres fazem parte.

Segundo Alberto Acosta, figura central no processo de transformações pelo qual o Equador passava, a Iniciativa Yasuní-ITT se baseava em cinco pilares:

- Proteger o território e, com isso, a vida dos povos indígenas em isolamento voluntário;
- Conservar uma concentração de biodiversidade inigualável em todo o planeta – a maior registrada pelos cientistas até o momento;
- Cuidar do clima global mantendo represada no subsolo uma significativa quantidade de petróleo, evitando a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂; e
- Dar um primeiro passo, no Equador, para uma transição pós-petrolífera, o que teria um efeito-demonstração em outras latitudes.

Como quinto pilar, poderíamos assumir a possibilidade de encontrar coletivamente – como Humanidade – respostas concretas aos graves problemas mundiais derivados das mudanças climáticas, provocadas pelo próprio ser humano e exacerbadas especialmente nesta última fase de expansão global do capital. (Acosta, 2016, p. 218).

O autor descreve o caminho percorrido pela Iniciativa dentro do cenário político do Equador, caminho marcado pelo embate constante entre grupos interessados em manter o petróleo no subsolo e grupos que procuravam meios de extrair o petróleo o mais rápido possível.

Um dos objetivos da Iniciativa era angariar uma contribuição financeira por parte da comunidade internacional. Esta quantia serviria para a construção do Bem Viver no Equador e, segundo Alberto Acosta, não deveria ser entendida como uma forma alternativa de desenvolvimentismo:

Ao manter inexploradas as reservas do Yasuní-ITT, o Equador esperava, como contrapartida, uma contribuição financeira da comunidade internacional, que deveria assumir sua responsabilidade compartilhada e diferenciada em função dos muitos níveis de destruição ambiental provocada pelas diversas sociedades no planeta – particularmente, pelas mais opulentas. Não se tratava de uma vulgar compensação para seguir forçando o desenvolvimentismo, como entendeu o governo equatoriano. Esta iniciativa se insere na construção do Bem Viver, que não é uma simples proposta de desenvolvimento alternativo, mas, como já vimos, uma alternativa ao desenvolvimento. (*Ibid.*, p. 219).

Esta interpretação desenvolvimentista dos objetivos da Iniciativa Yasuní-ITT provou-se um obstáculo insuperável em sua concretização. Uma vez atrelados a um valor financeiro, os direitos da Natureza passaram a ser tratados como fonte de lucro e sua rentabilidade tornou-se condição para que o petróleo continuasse inexplorado. Passou a ser exigida uma quantia equivalente à metade dos lucros que seriam auferidos pela exploração de petróleo naquele território, uma quantia equivalente a, no mínimo, 3,6 bilhões de dólares. Conseguir esta quantia e deixar o petróleo intocado passou a ser o “Plano A”, enquanto o “Plano B” consistia em explorar o petróleo caso a quantia não fosse arrecadada.

Apesar de a diferença entre a proposta original de Acosta e os planos A e B não parecer gritante, ela é. Estabelecer uma relação de condicionalidade entre preservação e arrecadação financeira transformou profundamente o teor dos debates que cercavam a Iniciativa. Segundo Gudynas:

A reformulação da moratória petrolífera no Yasuní-ITT realizada pelo governo Rafael Corrêa põe em evidência a persistência das fortes tensões entre conservação e aspirações econômicas. Até mesmo o “Plano A” acabou encerrado dentro de uma posição utilitarista clássica: a meta era obter certo dinheiro na medida em que a área era avaliada por um valor econômico diretamente derivado do lucro com o petróleo. O objetivo substancial era arrecadar esses recursos financeiros; caso isso não fosse possível, a exploração de petróleo seria habilitada. [...]

Quando se diz que será preciso “compensar” por não explorar o petróleo, o primeiro problema é determinar quais seriam os sujeitos dessa compensação e qual é o dano envolvido. Embora seja óbvio dizê-lo, o principal agredido no caso do Yasuní é o ecossistema, mas este não pode se apresentar como prejudicado e reivindicar uma compensação, seja em seu conjunto, seja por algumas espécies que nele habitam. Os únicos que poderiam fazê-lo são os grupos indígenas da região, pelos impactos a si próprios. Uma vez que isso esteja estabelecido, é necessário dizer que o paradoxal da situação é que o Estado equatoriano reivindicou a compensação para si. Em outras palavras, ele exige ser compensado por deixar de prejudicar a si mesmo, na medida em que o Yasuní é parte de seu patrimônio nacional. (Gudynas, 2019, p. 235-236)

Esta e outras mudanças que a moratória sofreu ao longo de anos, significaram que, afinal, ela se tornou impraticável. Chegando ao seu fim em 2013, quando Rafael Correa passou ao “Plano B” e decidiu liberar a exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní.

Dentre as justificativas utilizadas pelo presidente, figuravam aquelas já mencionadas no primeiro capítulo: a euforia tecnológica, segundo a qual seria possível explorar o petróleo de maneira ambientalmente responsável e o combate à pobreza, que só seria possível a partir do arrecadamento de divisas proporcionado pela atividade extrativista. O caso Yasuní-ITT merece atenção pois expressa muito bem a contradição que o presente trabalho tenta explicitar: os extrativismos estão tão enraizados nas estruturas econômicas, sociais e políticas das formações sociais latino-americanas que mesmo as tentativas mais promissoras de combatê-los podem ser cooptadas e transformadas em seu favor.

A Iniciativa Yasuní-ITT e a constitucionalização dos Direitos da Natureza no Equador devem ser lidas como tentativas de forjar formas diferentes de se valorizar e se relacionar com a Mãe Terra. Destas experiências concretas, assim como dos debates teóricos e acadêmicos que as cercam, podem ser tiradas valiosas lições. Se, por um lado, já foram desenvolvidas ferramentas institucionais e jurídicas para uma transição a uma civilização pós-extrativista, o poder político concreto, por outro, permanece nas mãos das classes sociais interessadas na manutenção da exploração infundável da Natureza. Os direitos da Mãe Terra – que sem dúvidas são essenciais para a preservação séria do meio ambiente – são uma noção que só pode ser concretizada dentro de outra realidade, outra economia, outra civilização.

4.4 Não há uma saída única

As crises vividas hoje ao redor do mundo não possuem causas únicas e que podem ser apontadas com facilidade. A concentração de renda chegou a patamares francamente absurdos, as massas miseráveis sofrem com cada vez mais repressão e violência estatal, o fascismo cresce globalmente e, não menos importante, a mudança climática ameaça toda a espécie humana. Os desafios a serem enfrentados são múltiplos, porém parte de uma crise “total” e não podem, portanto, ser abordados sem que sejam consideradas suas interações. As propostas de alternativas aqui debatidas compõem – como um reflexo dos problemas que buscam enfrentar – não podem ser compreendidas nem praticadas se não forem consideradas partes de uma alternativa “total”. Para além do Bem Viver e dos direitos da Mãe Terra, têm de ser considerados:

- 1) O decrescimento, que busca aliar a termodinâmica ao estudo da economia, propõe uma transição da lógica do crescimento para o inverso. Esta perspectiva vem crescendo

principalmente no norte global, nos países em que o padrão de vida médio já alcançou níveis impossíveis de se replicar globalmente²⁵.

- 2) Os bens comuns resgatam um debate europeu sobre a gestão e administração daquilo que hoje tratamos como “recursos naturais”²⁶.
- 3) O ecofeminismo, que aborda simultaneamente a relação de dominação humano-natureza e a relação de dominação homem-mulher. Dando atenção ao invisibilizado trabalho reprodutivo e à construção do feminino como intrinsecamente próximo à Natureza, o ecofeminismo apresenta-se como alternativa à manutenção de uma sociedade patriarcal²⁷.

O que se tenta evidenciar, como forma de encerrar o capítulo, é que, frente a crises múltiplas e que constituem um ciclo vicioso, é necessário que as soluções ajam de maneira complementar. Algumas economias do globo precisarão decrescer, outras precisarão do alargamento de suas forças produtivas; as tradições andinas e amazônicas que guiam os princípios do Bem Viver talvez não sejam adequadas às realidades de países na Ásia ou África; as engessadas estruturas de poder econômico e político não podem ser questionadas sem que se olhe, simultaneamente, para a dominação patriarcal e a constituição das famílias modernas.

O desafio de superar a crise ecológica em curso e a luta pelo fim da miséria, a emancipação e autodeterminação dos povos não são antagônicas, mas caminham juntos:

Agora, quando os limites da sustentabilidade do mundo estão sendo literalmente superados, é indispensável, ademais, construir soluções ambientais. É uma tarefa universal. Insistamos até a exaustão: isso não implica negar as desigualdades e iniquidades sociais. Pelo contrário.

Por um lado, os países empobrecidos e estruturalmente excluídos deverão buscar opções de vida digna e sustentável que não representem a reedição caricaturizada do estilo de vida ocidental. Por outro, os países “desenvolvidos” terão que resolver os crescentes problemas de iniquidade internacional que eles mesmos provocaram. Especialmente, terão de incorporar critérios de suficiência em suas sociedades antes de tentar sustentar, às custas do resto da Humanidade, a lógica da eficiência entendida como acumulação material permanente.

²⁵ Para se debruçar sobre o tema são recomendadas as obras *Pós-extrativismo e decrescimento*, de Alberto Acosta e Ulrich Brand e *O Decrescimento*, de Nicholas Georgescu-Roegen. Recomenda-se também os artigos *Decrescimento*, de Geneviève Azam e *Transições ao pós-extrativismo*, de Eduardo Gudynas.

²⁶ Uma importante discussão sobre direitos, comercialização da Natureza e democracia pode ser encontrada nos artigos *Os bens comuns*, de Christophe Aguiton, e *Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?*, de Maristella Svampa.

²⁷ Os artigos *Ecofeminismo*, de Elizabeth Peredo Beltrán, e *Pensar a partir do feminismo: Críticas e alternativas ao desenvolvimento*, de Margarita Aguinaga Barragán, Miriam Lang, Dunia Mokrani Chávez e Alejandra Santillana, são uma excelente introdução ao tema.

O que Acosta salienta é que só é possível buscar soluções pensando os problemas geopolíticos e ambientais em conjunto e a partir da totalidade do planeta Terra. Ainda mais importante é a consciência de que as respostas para os desafios enfrentados não surgirão de livros ou artigos acadêmicos. É na ação política organizada que serão forjadas as alternativas ao colapso ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa e redação deste trabalho tivemos a notícia de que seria possível a perfuração para extração de petróleo na margem equatorial brasileira, a algumas centenas de quilômetros da foz do rio Amazonas. O recentemente eleito presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva – cuja campanha presidencial se baseou fortemente em um discurso ambientalista, fazendo oposição à política de terra arrasada de seu adversário Jair Bolsonaro – figura entre um dos mais vocais defensores da exploração de petróleo, mesmo após o projeto ter sido vetado pelo Ibama. Entre as justificativas oferecidas pelo presidente, as mais comumente usadas são o “desenvolvimento sustentável”, o “crescimento econômico” e a “geração de empregos verdes”. Excluindo a importante questão do risco existencial que a exploração de petróleo na região representa para a vida no rio Amazonas – um vazamento pode levar a incontáveis mortes na foz do rio, região fundamental para a reprodução de inúmeras espécies marítimas e do rio em si – a própria ideia de abrir um novo poço de exploração petrolífera é em si só ambientalmente irresponsável. Em um contexto em que as economias mundiais precisam superar o uso de combustíveis fósseis, não deveriam sequer haver discussão sobre abrir novas frentes petrolíferas.

A observação acima não deve ser entendida como uma crítica pessoal, ou dirigida unicamente ao presidente Lula, mas sim como ponto de partida para reflexão acerca dos temas abordados anteriormente. A atual polêmica em torno da extração petrolífera em região próxima ao rio Amazonas demonstra que a dependência extrativista não é uma problemática exclusiva a alguns governos brasileiros (ou latino-americanos). Como já afirmado à exaustão, o extrativismo é traço estrutural das formações econômico-sociais latino-americanas e da economia global capitalista. O próprio Estado brasileiro se constituiu a partir da extração primário-exportadora e, portanto, o neoextrativismo independe das vontades ou anseios de líderes, partidos ou governos progressistas. Por mais que os governos progressistas não promovam a destruição aberta e acelerada do meio ambiente – como parte dos liberais, que ainda insiste em negar a realidade do colapso ambiental eminente – sempre que for impossível conciliar a preservação ambiental com o crescimento econômico, a vertente progressista escolherá o crescimento.

O desenrolar da controvérsia cercando o petróleo em margens equatoriais deixa claro, também, que é cada vez mais importante que os cientistas sociais se apropriem do debate ambiental. A complexidade dos desafios que a humanidade enfrentará exige abordagens plurais. As Ciências Sociais não se podem dar ao luxo de tratar a ecologia como externalidade, assim

como as Ciências Naturais não podem se perceber como “neutras” ou “apolíticas”. O neoextrativismo possui como característica ser um tema que comporta abordagens diversas: entre os pesquisadores que se debruçam sobre o tema há economistas, historiadores, biólogos, assistentes sociais, agrônomos, antropólogos, sociólogos etc. Os estudiosos do tema, mesmo que o abordem de forma diferente, partilham da compreensão de que a maneira com que as sociedades humanas atualmente se relacionam com o planeta é insustentável, produz inúmeras mazelas (sejam elas econômicas, políticas, sociais, ambientais ou quaisquer outras) e deve ser estudada com o objetivo final de ser transformada.

Outro fato relevante, ocorrido durante as etapas finais desta pesquisa, é a eleição do ultraliberal Javier Milei como presidente da Argentina. Milei figura entre aqueles liberais citados há pouco, que negam a necessidade de enfrentamento ao cada vez mais próximo colapso ambiental. Se é verdade que os governos progressistas foram incapazes de frear a expansão do extrativismo, também é verdade que o cenário sob governos liberais é indiscutivelmente menos favorável. O presidente argentino é um defensor intransigente da liberdade dos mercados e, certamente, fará o que for necessário para agradar investidores estrangeiros e atrair capital, mesmo que às custas da integridade ambiental da Argentina, da América Latina e do mundo. Se o governo do “Bolsonaro argentino”, como muitas vezes é referido no Brasil, se assemelhar ao do homem que inspirou seu apelido as consequências serão drásticas, assim como foram no Brasil.

A eleição de Milei atesta à necessidade de pensar na preservação ambiental considerando a totalidade do planeta. Os avanços na pauta ambiental que possam ocorrer sob Lula teriam sua eficácia e impacto prejudicados pelos prováveis retrocessos que ocorrerão sob Milei. Da mesma forma, devem sempre ser estudadas as relações comerciais que os países latino-americanos mantêm com a China e com os EUA uma vez que, historicamente, a expansão econômica desses países sempre significou enorme pressão sobre os recursos naturais em todo o continente. O próprio conceito de extrativismo, apresentado na introdução do trabalho, expressa uma relação estabelecida entre países distintos. O neoextrativismo, portanto, não pode ser compreendido sem que sejam considerados fatores de escala global.

Os estudos de caso selecionados para análise refletem o caráter estrutural e internacional dos empreendimentos neoextrativistas. A Vale é uma empresa multinacional que atua na América Latina, na África e na Ásia. O minério de ferro da mina S11D é destinado, em grande parte, à China. A Samarco é controlada paritariamente pela Vale e pela australiana BHP Billiton, o complexo industrial-portuário em Anchieta serve ao propósito de processar o minério de ferro para facilitar sua exportação e imediatamente exportá-lo. A destruição de biomas e

modos de vida na América Latina é um fato que extrapola, portanto, governos locais e se dá através de uma relação entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”.

Refletir sobre o neoextrativismo é também compreender o binômio subdesenvolvimento-desenvolvimento não como etapas de um caminho a ser percorrido, mas como uma relação estabelecida entre nações dominantes e nações subjugadas. O desenvolvimento, no Sul Global, não passa de uma miragem e de um artifício retórico usado para justificar a exploração dos humanos e da Natureza. É impossível que exista um planeta de nações desenvolvidas. É impossível que exista um planeta de nações industrializadas. Para desenvolver parte da Europa e da América do Norte, foi necessário subdesenvolver a América Latina e a África. Para escapar do subdesenvolvimento, as nações latino-americanas devem desistir de tentar se desenvolver e forjar suas próprias concepções de uma civilização desejável. Foi a partir da percepção do desenvolvimento como armadilha retórica que nasceu a ideia de dedicar o último capítulo do trabalho a discutir alternativas a ele. O Bem Viver e os direitos da Mãe Terra – assim como o decrescimento, os bens comuns e o ecofeminismo – são propostas para imaginar um mundo radicalmente diferente. Diferente em suas concepções de humanidade e mundo natural, em suas relações de trabalho e de gênero e em sua forma de reproduzir-se socialmente.

As propostas trazidas não podem ser vistas como competindo entre si, mas sim como complementares. Se os problemas atualmente enfrentados são sistêmicos, estruturais e multifacetados, assim devem ser suas soluções. Não pode haver soluções individuais para problemas civilizacionais. A noção dicotômica e cindida de indivíduo e sociedade leva ao erro de buscar por alternativas que partam de pequenas ações mundanas e individuais: abandonar canudos de plástico, tomar banhos mais curtos, comprar carros elétricos e não movidos à gasolina etc. De forma semelhante, foi a noção dicotômica e cindida de humanidade e natureza que levou as sociedades humanas a devastarem o planeta como se pudessem sobreviver apartados de um mundo natural cada vez mais fragmentado. Daí a importância de voltar a atenção às cosmovisões indígenas amazônicas e andinas. Só será possível construir verdadeiras alternativas a partir de uma visão de todo que inclua todos os seres, humanos e não humanos, e que promova o equilíbrio e a harmonia entre eles.

A construção de uma civilização capaz de escapar da extinção não será fácil e não acontecerá sem contradições e retrocessos, o que não pode impedir ativistas e estudiosos de extrair valiosas lições das experiências concretas de enfrentamento à destruição do planeta. É importante defender as propostas acima mencionadas em sua radicalidade e impedir que se tornem simples versões de um desenvolvimento sustentável latino-americano.

Simultaneamente, é necessário afirmar os avanços conquistados pela incorporação do Bem Viver e dos direitos da Mãe Terra a constituição do Equador, mesmo que de maneira contraditória. A superação do capitalismo é necessária para a manutenção da vida humana na Terra, mas é possível esperar até então para começar a lutar pelo futuro.

Por fim, este trabalho é um convite. Um convite a refletir acerca da realidade brasileira e latino-americana a partir de sua história de extrativismo. Um convite a repensar a forma como as sociedades humanas se relacionam com a Natureza. Um convite a valorizar saberes ancestrais. Um convite a atuar politicamente e transformar o mundo. Se o trabalho atingiu seu objetivo, o fim deste texto servirá apenas para motivar o leitor a seguir refletindo sobre os temas aqui tratados.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

_____. La maldición de la abundancia: um riesgo para la democracia. **La Tendencia**, Quito, p. 103-115, mar./abr. 2009.

_____. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM**, out. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/contribuicao-financeira-pela-exploracao-mineral-2013-cfem>>. Acesso em: 16 set. 2023.

AGUIAR, Ada Cristina P.; RIGOTTO, Raquel Maria. Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios: agronegócio, processos de vulnerabilização e colonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 57, p. 55-78, jun. 2021.

AGUITON, Christophe. Os bens comuns. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

ARÁOZ, Horacio M. **Mineração, genealogia do desastre**: O extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales e re-ex-sistencias decoloniales em nuestra América. **Bajo el Volcán**, Puebla, v. 15, n. 23, p. 11-51, set./fev. 2015.

_____. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: A Natureza americana e a ordem colonial. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ARAUJO, Neiva; GARZON, Luis Fernando. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 49, pp. 72-100, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42136>>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

AZAM, Geneviève. Decrescimento. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

BANCO MUNDIAL. A Mining Strategy for Latin America and the Caribbean. **Technical Paper**, Washington, n. 345, 1996.

BENEVIDES-GUIMARÃES, Rosângela M. A.; PEDLOWSKI, Marcos A.; TERRA, Denise C. T. Dependência e expropriação estatal de terras no contexto neodesenvolvimentista/neoextrativista: implicações para a reprodução das comunidades afetadas pelo mineroduto Minas-Rio e o complexo Portuário do Açú. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 51, pp. 180-201, ago. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/60670>>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

BIANCONI, Renata; DELLASTA, Heitor P. A busca por transições ao pós-extrativismo na América Latina: discussões sobre a condição primário-exportadora e o neoextrativismo. **Geosul**, Florianópolis, v. 37, n. 84, p. 282-309, set./dez. 2022.

BINSZTOK, Jacob; WENTZEL, Thiago. Conflitos socioterritoriais na apropriação da Baía de Guanabara pela indústria petroquímica e a construção de ‘despojos’ pelo COMPERJ. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 517-537, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/22116/0>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BOTTON BARCELLOS, S.; DELLAGNESE PRATES, C. .; PICON ALT, J. . O Projeto Fosfato Três Estradas no esteio dos conflitos ambientais no Pampa Gaúcho. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 25–43, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.685. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/685b>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BREDA, Tadeu. Do Tradutor. In: ACOSTA, Alberto, **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

CAMINHO SEM VOLTA: SECA É ALERTA PARA DESTRUIÇÃO IRREVERSÍVEL DA AMAZÔNIA. **Ecoa UOL**, 10 out. 2023. Disponível em <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/10/20/caminho-sem-volta-seca-e-alerta-para-destruicao-irreversivel-da-amazonia.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CATÁSTROFE DE MARIANA COMPLETA 5 ANOS E SENADORES COBRAM PUNIÇÕES E REPARAÇÕES. **Senado Notícias**, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/05/catastrofe-de-mariana-completa-5-anos-e-senadores-cobram-punicoes-e-reparacoes>>. Acesso em: 01 out. 2023.

CONTENTE, Simone S. O sentido do neoextrativismo: a relação entre o Estado, a Vale e o desenvolvimento social em Canaã dos Carajás – PA. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 01-28, jan./dez. 2018. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/223>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DANOS CAUSADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA PREOCUPAM O CBH RIO DAS VELHAS. **CBH Rio das Velhas**, 2015. Disponível em: <<https://cbhvelhas.org.br/noticias/danos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-de-mariana-preocupam-o-cbh-rio-das-velhas/>>. Acesso em: 01 out. 2023.

DHENIN, Miguel P. P.; FERNANDES, Rhuan M. S. Análise da atividade neoextrativista da mineração do ouro no estado do Amapá (2000-2020). **Confins Revista franco-brasileira de geografia**, São Paulo, n. 54, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/44899>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

EGGER, Daniela *et al.* Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas, e contaminação por agrotóxicos. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, vol. 57, pp. 16-54, jun. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ENRIQUEZ, Maria Amélia (coord). Contradições do desenvolvimento e o uso da Cefem em Canaã dos Carajás (Pa). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2018.

EQUADOR. [CONSTITUIÇÃO (2008)]. **Constituição da República do Equador**.

Disponível em:

<https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf>.

Acesso em: 30 out. 2023.

ESTUDIOS MINEROS DEL PERÚ S.A.C. **Manual de minería**. Lima: Estudios Mineros del Perú S.A.C, 2000.

FAUSTINE, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violação de direitos: O projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S/A**. Açailândia/Ma: Plataforma Dhesca, Fundo Socioambiental Casa, Justiça Global, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Eduarda G.; NESKE, Márcio Z.; ACOSTA, Mauricio B. C. Território corpo-terra: resistências das mulheres contra o neoextrativismo da soja no bioma Pampa. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 227-245, jul./dez. 2022.

FLORIT, Luciano F.; LIMA, Charles C. de. A indústria da carne em Rondônia como paradigma neoextrativista de desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 24, n. 3, pp. 57-80, set./dez. 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8847>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GARBELINE, Camila Balista. Conflitos minerários no litoral sul da Paraíba: disputa por terra/território entre as indústrias de cimento e as comunidades locais. **XIV Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em geografia**, out. 2021. Disponível em:

<<https://padlet.com/rafathedim/estudos-de-caso-neoextrativismo-no-brasil-yiee7dof2w8vztbr/wish/2670490338>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

GONÇALVEZ, Ricardo J. A. F.; MILANEZ, Bruno; WANDERLEI, Luiz Jardim. Neoeextrativismo liberal-conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 348-395, ago. 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In: Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009.

_____. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 237, p. 128-146, jan./fev. 2012.

_____. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In: BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna; ZHOURI, Andréa (Org.). Mineração na América do Sul: neoeextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. *In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

INCÊNDIOS DEVASTAM FLORESTA TROPICAL NA INDONÉSIA. **UOL Notícias**, 10, set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/09/10/incendios-devastam-floresta-tropical-na-indonesia.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INCÊNDIOS NA AUSTRÁLIA AFETARAM 3 BILHÕES DE ANIMAIS, AFIRMA ESTUDO. **G1**, 28 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/07/28/incendios-na-australia-afetaram-3-bilhoes-de-animais-afirma-estudo.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INCÊNDIOS NA GRÉCIA SÃO OS MAIORES JÁ REGISTRADOS NA UNIÃO EUROPEIA. **Uol notícias**, São Paulo, 29 ago. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/08/29/incendios-na-grecia-sao-os-maiores-ja-registrados-na-uniao-europeia.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO PRÍSTINO. **Laudo técnico em resposta ao Parecer Único Nº 257/2013 - Descrição do fato: Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão – SAMARCO MINERAÇÃO S/A**. IP. 082.2013, Belo Horizonte, 21 de outubro de 2013.

JUNIOR, Everaldo R. M.; SILVA, Izaias de S.; SILVA, Lorrane G. da. Fronteiras, mineração, conflitos e pressões em terras indígenas no cerrado brasileiro. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 16, n. 40, p. 115-135, abr. 2021.

KOMARCHESKI, Rosilene. Expressões do (neo)extrativismo: uma leitura sobre a indústria da mineração em Adrianópolis (PR). **Guaju**, Matinhos, v. 5, n. 1, pp. 235-261, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/62967>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LÊNIN, Vladímir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2022.

LOURENÇO, Daniel B. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **“Dialética da dependência” e outros escritos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2022.

MARQUES, Luis. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. [Livro I]. 3ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2023.

MATTOS, Sônia Missagia. O desenvolvimento como discurso: um estudo sobre Anchieta – ES. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 2014.

MELLO, Fabrício C. de; ROSA, Teresa C. S.; TSCHAEN, Ricardo. Neoextrativismo e desastre da Samarco: construção histórica da vulnerabilidade minério-dependente em Anchieta (ES, Brasil). **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 24, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/i/2021.v24/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MUNDO FINANZA. **Las Commodities**, 12 de ago. de 2012. Disponível em: <www.mundofinanzas.es/finanzas/los-commodities>. Acesso em 13 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, Jomar. Vale obtém Licença de Operação para mina e usina do projeto S11D. **LinkedIn**, 2016. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/vale-obt%C3%A9m-licen%C3%A7a-de-opera%C3%A7%C3%A3o-para-mina-e-usina-do-projeto-oliveira/?originalSubdomain=pt>>. Acesso em: 01 out. 2023.

OLIVEIRA, Natália. Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens. **Jornal O Tempo**, 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/minas-ja-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>>. Acesso em 28 set. 2023.

PEREIRA, D. de C.; SANTOS, E. K. M. dos; GUERRA, P. G. T. Desenvolvimento, mineração e comunidades atingidas: a face visível dos conflitos socioambientais. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, Juiz de Fora, Brasil, v. 1, n. 2, p. e:020, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/30546>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PORTO, Marcelo F. de S.; ROCHA, Diogo. Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 487-500, abr./jun. 2022.

RIGOTTO, Raquel Maria. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará – Brasil. **VIBRANT Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 14, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/raquel-maria-rigotto-contested-knowledges-in-the-environmental-conflict-over-uranium-and-phosphate-mining-in-ceara-brazil/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROCHA, Bruna C. et al. Espoliação e resistência em territórios tradicionalmente ocupados nas bacias do Tapajós e Trombetas, Pará. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-21, 2021.

RODRÍGUEZ PARDO, Javier. ¿Existe una minería posible?, **Saber cómo: Boletín del Instituto Nacional de Tecnología Industrial**, Buenos Aires, n. 54, jul. 2007.

S11D DEVE TER CAPACIDADE AMPLIADA PARA 150 MILHÕES DE TONELADAS, PREVÊ VALE. **Zé Dudu**, 14 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.zedudu.com.br/s11d-deve-ter-capacidade-ampliada-para-150-milhoes-de-toneladas-preve-vale/>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SANCHOTENE, Diná. Samarco renasce cinco anos após tragédia. **A Gazeta**, 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/anuario/samarco-renasce-cinco-anos-apos-tragedia-1021>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SANTANA, Otacilio A. Resistência social na Caatinga árida: a narrativa de quem ficou no colapso ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 419-438, ago. 2016.

SAMARCO. **Quem Somos**, 2023a. Disponível em: <<https://www.samarco.com/quem-somos/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

_____. **Reparação**, 2023b. Disponível em: <<https://www.samarco.com/reparacao/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

_____. **Um ano do rompimento de Fundão**. 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2020/12/BookSamarco_final_baixa.pdf> Acesso em: 16 set. 2023.

SAMARCO OBTÉM AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO INTEGRAL DO TERMINAL PONTA UBÚ. **Portos e Navios**, 2022. Disponível em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/antag-autoriza-empresa-a-operar-terminal-em-anchieta-es>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SEGEN, J. C. Technological Disaster. McGraw-Hill Concise Dictionary of Modern Medicine, 2002. Disponível em: <https://medical-dictionary.thefreedictionary.com/_/mdict.aspx?h=1&word=technological+disaster>. Acesso em: 30 set. 2023.

SOBE O NÚMERO DE MORTOS POR INCÊNDIOS NA CALIFÓRNIA. **G1**, 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/18/sobe-o-numero-de-mortos-por-incendios-na-california.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOLÓN, Pablo. Bem Viver. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019a.

_____. Complementariedades. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. Direitos da Mãe Terra. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019c.

_____. Introdução. *In*: SOLÓN, Pablo (org.) **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019d.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

_____. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

VALE. **Espaço Memória**, 2023. Disponível em: <<https://www.vale.com/pt/espaco-memoria>>. Acesso em: 13 set. 2023.

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ. Processo 039447-86.2015.8.14.0136. 18/01/2018.

WAINER, Andrés. Inserción argentina en el comercio mundial: de la restricción externa al desarrollo económico. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 264, p. 60-88, nov./dez. 2011.

VIANA, M. B. **Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM)**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2012.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. *In*: BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna; ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016.